

Projeto Político Pedagógico 2013 – 2016



**PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO CAMPO LIMPO**

Sumário

Justificativa.....	7
Princípios, Fins e Objetivos.....	9
Aspectos institucionais	11
Identificação da Unidade.....	11
Histórico da Região	11
Histórico da DRE Campo Limpo	23
Os Centros Educacionais Unificados da DRE Campo Limpo.....	30
Avaliação Institucional.....	33
Plano de metas DRE Campo Limpo	39
Planos de trabalho dos setores da DRE CL.....	45
Gabinete, Supervisão Técnica e Assessoria Jurídica	45
Diretoria Técnica de Planejamento	45
Diretoria de Orientação Técnica Pedagógica e Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão	46
Diretoria Técnica de Programas Especiais.....	47
Supervisão Escolar	48
Escolas Particulares e Vida Escolar	50
Informações Gerenciais	51
Considerações Finais	53
Funcionários da DRE Campo Limpo por Setor	55
Referências Bibliográficas	60

Índice das tabelas

Tabela 1 – Fonte SMSP	27
Tabela 2 – Fonte: Sistema EOL, 20/08/13	27
Tabela 3 – Fonte: Sistema EOL, 01/07/13	28
Tabela 4 – Fonte: Sistema EOL, 01/07/13	28
Tabela 5 – Fonte: Sistema EOL, 01/07/13	28
Tabela 6 – Fonte: CEFAI DRE CL, 19/08/13.....	29
Tabela 7 – Fonte: Sistema EOL, 06/08/13	30
Tabela 8 – Dados referentes aos CEUs	33
Tabela 9 – Servidores da DRE CL – Fonte: Recursos Humanos.....	59

Índice das ilustrações

Ilustração 1 – Organograma DRE CL	26
Ilustração 2 – Avaliação Institucional (Resumo geral)	35
Ilustração 3 – Avaliação Institucional (Itens avaliados)	35
Ilustração 4 – Avaliação Institucional (Destaques observados).....	36
Ilustração 5 – Clima Organizacional (Gosto de trabalhar na DRE).....	37
Ilustração 6 – Clima Organizacional (O ambiente de trabalho favorece e execução de minhas atividades na DRE)	37
Ilustração 7 – Clima Organizacional (Estou satisfeito com a chefia).....	38
Ilustração 8 – Clima Organizacional (Sinto-me estimulado a aprender)	38
Ilustração 9 – Clima Organizacional (Estou satisfeito com minha chefia).....	39

Justificativa

Consideramos cada um de nossos alunos como sujeito social e histórico!

Sabemos que existem dispositivos constitucionais que garantem o acesso ao ensino público e que a atenção à permanência dos alunos só apareceu quando a evasão se tornou, efetivamente, uma preocupação política.

Ainda hoje a evasão escolar está na lista de inquietações que afligem a escola pública, afinada com a possibilidade de atuar contra a invisibilidade social que, muitas vezes, é aceita como natural para os cidadãos da periferia das cidades grandes, como São Paulo.

Temos inúmeras expectativas para o processo de aprendizagem, do qual queremos nos tornar parte efetiva, e entendemos a relevância de nossa atuação na estrutura e funcionamento do Ensino Municipal na região sob a responsabilidade da Diretoria Regional de Educação do Campo Limpo.

Considerando essas premissas, apresentamos este documento, que tem como intenção declarar o nosso compromisso com a Educação como Direito e apresentar os caminhos que tomaremos para transformar este compromisso em efetiva ação.

O Projeto Político e Pedagógico aqui apresentado não se pretende como único caminho ou modelo a ser seguido, posto que, consideramos a autonomia e a ação democrática das Unidades Educacionais o grande instrumento para mudança e qualificação do processo de ensino aprendizagem, que ocorre em cada uma das nossas salas de aula e agrupamentos da Educação Infantil. Assim, convalidamos a competência das Unidades Escolares, que têm o direito e o dever, de elaborar propostas que estabeleçam relações entre a cultura universal e a local.

Pautados pela evidente vulnerabilidade social da população que atendemos, em grande parte das nossas Unidades e comprometidos com o debate contra a opressão racial e social, indicamos como caminho os recursos pedagógicos e processos de reflexão para minimizar qualquer ação de intolerância e, assim, aperfeiçoar o papel da escola como espaço de respeito à diversidade.

As escolas, muitas vezes, são os únicos equipamentos sociais presentes nos locais, por isso as equipes de Profissionais da Educação entendem a importância de valorizar a comunidade, fazê-la participante do Projeto Político Pedagógico e dos Conselhos de Escola. Entendemos que qualificar e potencializar o apoio ao processo de democratização das Unidades Educacionais é papel desta Diretoria.

Afirmamos que vamos direcionar as ações da DRE para o atendimento às necessidades sociais regionais, tomando como base as características locais, as metas da SME, dos planos municipais e nacionais de educação, tendo como princípios a qualidade social da educação e a igualdade de direitos!

Princípios, Fins e Objetivos

A construção de uma proposta educacional depende da ação de seus sujeitos, o que implica transitar pela própria história, vivenciá-la e escrevê-la. Essas tarefas não são simples, pelo contrário, tão complexas que exigem compromisso com o tempo vivido e com a valorização dos espaços de interlocução em que a Diretoria Regional de Educação Campo Limpo (DRE CL) se insere como viabilizadora de um Projeto Político Pedagógico (PPP) que se constrói em conjunto com as políticas da Secretaria Municipal de Educação (SME) e, em especial, com o fazer qualificado das escolas sob sua competência.

Partimos do pressuposto que uma Diretoria Regional de Educação cunhe seus caminhos pautados pelo fazer-conjunto, co-labor-ativo. Assim, o que se vislumbra, em primeiro plano, sempre são formas que facilitem a relação em sala de aula e seus atores fundamentais: gestores, professores, alunos e funcionários. Imediatamente, a atividade fim aparece conectada ao princípio, ou seja, as ações da DRE CL precisam ajudar a organizar, problematizar, reinventar, em instância fundamental, a relação de ensino-aprendizagem em sala de aula.

Lógico que esse processo passa pela dinâmica em que se fortalecem laços primários que democratizam e horizontalizam as relações: uma gestão participativa; conselhos escolares fortes; escolas que tenham função social; PPP que seja vinculado aos pais e à comunidade. Esse conjunto de fatores se fortalece na medida em que trabalhem lado a lado, tendo esta Diretoria Regional de Educação como facilitadora, mediadora e humanizadora das relações.

Processos democráticos trazem uma tênue tensão, que se estende pelo ar por todo o tempo. Como atividade continuada, cabe à DRE CL trabalhar sobre essa tensão, diminuindo ou potencializando as atividades necessárias para que sua dinâmica frutifique novas possibilidades, caminhos e mudanças. Fizemos um resgate histórico dos processos que nos constituíram como DRE CL, olhando nossa região e sua grave vulnerabilidade social não como um lamento: é a justificativa para um trabalho coeso, fundamentado na busca de justiça social e na educação como instrumento de luta.

Se já indicamos a finalidade da ação da DRE CL, cabe ainda dizer que a tríade Democracia, Participação e Cidadania formam a base que leva à compreensão dos

direitos de aprendizagem. Isso num contexto em que a sala de aula é o fulcro que direciona todo o trabalho por ela desenvolvido, de maneira a descentralizá-lo, favorecendo novos currículos, práticas e aprendizagens dentro do âmbito escolar. Estas buscarão formar as novas gerações e os filhos dos trabalhadores que sejam conscientes da dinâmica do nosso município, que precisa ser mais humana e harmoniosa.

A ação da DRE CL favorece também uma ação em que as escolas têm função social definida e uma intencionalidade pedagógica. Por isso, a DRE CL gestará, a muitas mãos, uma rede de proteção social, ao mesmo tempo em que cuida integralmente da formação dos servidores públicos, em especial dos professores, bem como, da formação e dos cuidados inerentes à família, aos alunos, à comunidade escolar.

Aspectos institucionais

Identificação da Unidade

Diretoria Regional de Educação Campo Limpo

Avenida João Dias, 3763

Jardim Santo Antônio

Horário de atendimento ao público: de segunda-feira à sexta-feira, das 07h às 20h

Horário de funcionamento: de segunda-feira à sexta-feira, das 07h às 22h30min

Almoxarifado da DRE Campo Limpo

Rua Vitalina Grassman, 335

Jardim Mirante

Horário de atendimento ao público: de segunda-feira à sexta-feira, das 07h às 18h

Histórico da Região

Para pensar a História da Região Campo Limpo optamos por fazer análises a partir do presente, isso significa que partiremos de reflexões a respeito de “muitas memórias e de muitas histórias”. Memórias de grupos sociais diversos, de pessoas que aqui vivem e que possuem um olhar crítico a respeito de seus territórios, sem perder de vista as relações de temporalidade. Não se trata de uma visão unilateral, construída a partir das versões de uma cultura hegemônica, ainda que essas sejam aqui problematizadas. Partiremos do olhar dos sujeitos sociais que aqui vivem, sobrevivem, constroem suas relações e principalmente, lutam e resistem a todas as dificuldades e obstáculos com os quais se defrontam.

Vivemos hoje num território marcado historicamente por lutas sociais e por resistências, de diferentes formas e em diferentes espaços. Temos entre os personagens destas histórias, pessoas que não se renderam diante de um projeto de desenvolvimento que teve como pressuposto a exclusão e a exploração das classes populares, pessoas que buscaram atuar, nas mais diferentes frentes de luta, reivindicando seus direitos e se posicionando a favor da dignidade e da qualidade de vida. São moças, rapazes, mulheres e homens que acreditam nas possibilidades de transformação desta sociedade e que, se articulam, se organizam e cobram do poder público o que lhes é de direito. Essa população tem voz, e se faz ser ouvida. Na Região Campo Limpo existiram, e ainda existem, diferentes movimentos populares, atuando nas áreas da saúde, da educação,

das diversidades de gênero, de etnia, das pessoas com deficiência, da moradia, da cultura, da assistência social, do esporte, da segurança pública, do transporte...

É com base nesta perspectiva que iniciamos um processo de busca de relatos de diferentes pessoas que atuam nesta região, com intuito de conhecer melhor as histórias e as memórias que cada uma delas traz consigo e que se entrelaçam a tantas outras. Partimos de questões do cotidiano para compreender suas relações com outras mais amplas e por fim conhecer melhor a região onde atuamos.

“O ano mais importante da minha vida, foi entre 1997 e 1998, que a ONU disse que os nossos bairros eram os mais perigosos do mundo. E eu fui criado aqui, cheguei ao bairro em 1984, vindo de outros lugares e na Rua da Dança Cigana, considerada pela ONU como a rua mais perigosa do mundo. Eu tenho orgulho de ter... quando eles lançaram que era a rua mais perigosa do mundo em 1997/98 eu estava lançando o meu livro de poesias. Por ai já quebrou muitas coisas, sendo que eu tinha sido criado, desde que eu cheguei aqui neste bairro (...) criado no meio da violência eu tinha outros paradigmas, outros sonhos (...)” (Daniel Pereira Bernardes - 04 de Agosto de 2013/ Distrito São Luiz).

Daniel Pereira Bernardes relata sua memória a respeito da conjuntura vivida nos anos de 1997 e 1998. A divulgação a qual se refere ocorreu na verdade em 1996, quando a Organização das Nações Unidas divulgou um relatório que apresentava o Jardim Ângela como “a região urbana mais violenta do mundo. Capão Redondo, Jardim Ângela e São Luiz eram conhecidos como triângulo da morte”. É interessante observarmos que durante seu depoimento, Daniel, afirmou que cresceu em meio à violência, mas que diante desta realidade buscou uma força de resistência, no sentido de superação e de concretização de seus sonhos. O rapaz nos dá indícios de uma complexidade não muito explorada pela imprensa, de que muitas pessoas que viviam nestes bairros transcendiam às circunstâncias desfavoráveis que foram construídas historicamente e que mesmo diante dos obstáculos concretizavam seus objetivos por meio de muita luta. Seu livro de poesias é fruto de suas experiências dentro de um espaço social permeado por conflitos e

tensões e nos dá mostras do potencial criativo e da inteligência das pessoas que aqui vivem.

A região conhecida como “Triângulo da Morte” é uma das regiões onde a ausência do poder público aliada aos interesses das elites econômicas, políticas e sociais desenham um cenário de pobreza, descaso e desrespeito. Na entrevista realizada com a professora Maris há evidências desta problematização:

“(...) Nós somos frutos dessa visão construída pela televisão de que esse bairro era o mais violento do mundo, mas também esqueceram de dizer que era a região mais esquecida da cidade, como também tem outras regiões coirmãs.” Maris (09/08/2013 - EMEF Mario Marques – Distrito Jardim Ângela).

A noção de causalidade deve ser explorada por todos que desejam conhecer de fato a história desta região, sem nos deixar levar por uma visão fatalista ou determinista. É necessário compreendermos que a violência existente nestes bairros não se limita à criminalidade local mas a muitos outros crimes e violações dos Direitos Humanos cometidos por pessoas ou grupos cujas responsabilidades foram negligenciadas ou deturpadas. Para as grandes mídias brasileiras o relatório da ONU se traduz em estatísticas, para nós, sujeitos sociais que vivemos e atuamos neste território, isso significa a morte de entes queridos, de familiares e amigos, significa a dura constatação de um verdadeiro genocídio em relação à população negra, sobretudo a masculina. Estes dados são muito bem conhecidos pelos moradores destes Distritos; é muito raro encontrarmos uma família que não tenha um relato de morte, fruto das múltiplas formas de violência empregadas por aqui. São irmãs e irmãos, mães e pais que choram a perda de seus filhos, e que nem sequer conseguem obter respostas a respeito da identificação dos assassinos ou dos culpados por estas mortes, porque ao contrário dos crimes cometidos contra membros das classes mais abastadas, a maioria das mortes daqui não é investigada.

Para compreendermos o que significa a afirmação da Professora Maris de que esta é uma das regiões mais esquecidas da cidade é necessário que busquemos analisar o

processo de ocupação dos bairros, assim como a ação do poder público, levando em consideração às particularidades e especificidades de cada período.

A História da Região Campo Limpo começa com as experiências de seus primeiros habitantes, os povos nativos, mais precisamente os guaranis que habitavam essa região. Situando-nos pelos referenciais de espaço geográfico que temos hoje, podemos afirmar que esta região tem sua origem no caminho entre a cidade de São Paulo e as cidades de Itapeverica da Serra e Embu-Guaçu (cujo nome inicial era M'Boi Guaçu, ocorrendo uma adaptação por parte dos colonizadores, dada a dificuldade que tinham em pronunciar as palavras do tupi-guarani). Até a década de 1960 os povos nativos, mesmo diante das dificuldades desencadeadas pela ação colonizadora ocorrida a partir do século XVI e da presença de jesuítas nesta região, tiveram uma relativa garantia de permanência em suas terras, porém, a partir desta década, com o processo de industrialização e da construção da Marginal Pinheiros e da via férrea São Paulo/Santos ocorre um crescimento da construção de núcleos habitacionais, sobretudo, de trabalhadores vindos de outras regiões que buscavam moradias, com preços acessíveis, próximas ao círculo industrial que se constituía às margens do Rio Pinheiros.

Nos anos iniciais do processo de urbanização desta região houve uma reorganização territorial que deu origem a sítios e chácaras que formavam a Vila de Santo Amaro. Somente na segunda metade do século XX, houve um aumento da concentração populacional nesta região, ocorrendo então loteamentos das chácaras e dos sítios. Os principais compradores destes lotes foram migrantes, na sua maioria, nordestinos e mineiros, que vieram para São Paulo em busca de trabalho, principalmente na construção civil e na metalurgia. Mesmo sendo uma região distante dos centros industriais e com precários meios de transporte essas pessoas se estabeleceram, principalmente pelas condições financeiras, tendo em vista o valor cobrado por cada lote e também pelos aluguéis. É importante problematizarmos a forma como esses terrenos foram loteados e as origens da concentração de terras, ainda durante o período de organização em chácaras e sítios, geralmente comprados por imigrantes, sobretudo os japoneses, italianos e alemães. Uma questão a ser investigada é: quais pessoas se autoproclamaram os donos dessas terras e iniciaram os processos de venda?

“(...) Na década de 70 eu tinha 7 anos, eu tava junto com meu vô, meus parentes, tudo parente, então eu lembro que o meu vô, ele dialogava muito com os padres, o Padre Zé, então nessa ocasião ele convidou pra conhecer aquela área lá onde seria aquela aldeia (...) O meu vô aceitou a proposta do padre e se mudaram pra lá, eu fui junto, o Padre Zé construiu umas casas uma cozinha comunitária, naquela época já tinha a cidadezinha que chama M’Boi Mirim né, então a gente sempre ia lá, passear lá.” José Duda Awaguatsu (da etnia Guarani/ Documentário M’ Boi Mirim)

Segundo o relato de José Duda Awaguatsu, outros grupos indígenas acabaram se deslocando para essa região do M’ Boi Mirim. Alguns, como é o caso dele e de seus parentes, a convite do “Padre Zé” que os incentivava, até mesmo com oferecimento de infraestrutura, a se fixarem nesta região.

“(...) Não tinha cidade, não tinha nada... Só aquela mata que tinha ali. Eu mesmo quase não lembro aonde saia aonde entrava... que tinha ali, a gente nem reconhecia mais... a cidade já muito grande (...) Antigamente já existia índio aqui, já tinha aldeia aqui (...) Ai ele doava pra gente, mas só que ele fez o documento (...) Agora M’ Boi Mirim ainda não foi feito o documento, que é onde tá os índio aí” Nivaldo Martim da Silva (da etnia Guarani/ Documentário M’ Boi Mirim)

Nivaldo Martim da Silva toca numa questão importante, que é a regularização das terras. Afirma que já havia “índios” aqui, mas também que o Padre Zé doava terras para indígenas que vinham de outras regiões. Essa relação de compra, venda e doação de terras merece um estudo mais aprofundado, o que desejamos fazer em breve. Interessamos compreender as relações e a construção da ideia de posse deste território.

Um fator relevante que contribuiu para a expulsão dos povos indígenas desta região foi a concentração de habitantes nas margens da Represa Guarapiranga:

“Isso vai reverter num outro problema mais tarde, porque a presença da água, naturalmente atrai tanto loteamentos legais como os de lato luxo que expulsam os antigos moradores, inclusive os indígenas, quanto loteamentos clandestinos” Ricardo Maranhão (Historiador).

Com o aumento populacional e com a movimentação que isso gerou os povos indígenas acabaram sendo obrigados a buscar outras regiões. Este foi, além da invasão dos colonizadores, um dos primeiros processos de violação dos Direitos Humanos ocorridos nesta região, desencadeado pela desapropriação dos primeiros donos desta terra. Algo presente na fala do Historiador Ricardo Maranhão reverbera até os dias atuais: a desigualdade de avaliação destinada ao estabelecimento de pessoas nas margens da represa, ou seja, quando se trata de pessoas ou grupos com poder aquisitivo este estabelecimento recebe o estatuto de ocupação e a regularização deste é, na maioria das vezes, feita de forma tranquila, por outro lado, quando o estabelecimento é oriundo das classes populares a ação é estereotipada como “invasão” e, portanto irregular. Não queremos aqui provocar uma discussão que desconsidere as questões ambientais, pois sabemos dos entraves que isso representa e a complexidade desta discussão, porém gostaríamos de chamar a atenção para uma reflexão conceitual a respeito da questão habitacional na região e seus meandros.

“A região começou a crescer em população de modo especial com gente vinda do nordeste, de Minas Gerais ou mais tarde nos anos 75 depois da geada, vinda do Paraná quando acabou os cafezais (...) e vinham mão de obra barata em função da industrialização de modo especial nas Nações Unidas, aqui perto da Marginal, na continuação da Marginal.” (Padre Jaime/ Documentário História do Bairro M’ Boi Mirim produzido pela Prefeitura de São Paulo/ 2009).

Durante as entrevistas que fizemos e ao assistir documentários sobre esta região, tivemos a oportunidade de problematizar o relato do Padre Jaime e de analisar a forte presença dos nordestinos e mineiros nesta região. Pessoas que vieram em busca de trabalho e encontraram uma região desprovida de recursos mínimos para sobrevivência.

“(...) Eram trabalhadores, porque a região de Santo Amaro era o grande polo industrial na época, então o povo mais simples... eles procuravam morar, iam procurar morar mais próximo do local de trabalho. Eu acho isso normal. (...) E na época a juventude do nosso tempo, naquele período era uma juventude assim muito idealista, mas de qualquer forma era esse idealismo que impulsionava a gente pro trabalho. (...) Um bairro dormitório, que o povo só ia lá só pra passar a noite mesmo e de lá ia pra fábrica (...) bairro extremamente carente, extremamente carente... pra você ter uma ideia, o primeiro palmo de esgoto que entrou na região foi... não só da M’ Boi Mirim, na verdade na Região de Campo Limpo foi em 1981/82 né... não, 83.” (Aurélio Peres – Documentário História do Bairro M’ Boi Mirim produzido pela Prefeitura de São Paulo/2009).

Diante da situação de precariedade e de falta de investimento público na região muitos moradores começaram a se organizar, a buscar força um no outro, ocorrendo uma rede de solidariedade e de luta por melhorias nos bairros onde moravam:

“Isso já é fruto de um movimento (...) do movimento que nós iniciamos de... reivindicatório né, é reivindicatório. Nós tínhamos um movimento que não era só, simplesmente por uma coisinha aqui, uma coisinha lá... Nós tínhamos um movimento assim que reivindicava as coisas mais amplas... água, por exemplo, não tinha água encanada, nada, água tratada... o povo todo lá vivia de poço,

poço contaminado.” (Aurélio Peres – Documentário História do Bairro M’ Boi Mirim produzido pela Prefeitura de São Paulo/2009).

Todas as conquistas foram fruto de muita luta e mobilizações, tudo isso dentro de uma conjuntura de Ditadura Civil Militar, em que Movimentos populares eram criminalizados pelos governos. Mesmo diante de severa repressão, nos anos 1970 muitas lideranças surgiram dentro dos movimentos sindicais, das Comunidades Eclesiais de Base e das Associações de Moradores:

“O pessoal já chegou com certa consciência de respeitar o direito do outro, porque logo logo ele vinha pra começar, construindo aos domingos, mutirões, cada família juntava, ajudava a outra a construir (...). Começamos o Movimento de loteamento clandestino, pra que a gente conseguisse água e luz no bairro precisava haver a regularização, que tava impedindo também isso. Depois veio o “Custo de Vida”, o “Custo de Vida” foi um pouquinho depois ” (Maria Aparecida Reis – Documentário História do Bairro M’ Boi Mirim produzido pela Prefeitura de São Paulo/2009).

Maria Aparecida Reis durante a entrevista que nos concedeu, reafirmou o que disse no documentário. Falou-nos sobre como hospedava pessoas em sua casa, pessoas que vinham em busca de trabalho. Mesmo com grandes dificuldades, apoiava as famílias que ainda não tinham construído suas casas. Os mutirões são organizações de moradores que colaboram com a construção das casas de seus vizinhos, segundo Maria Aparecida Reis, cada fim de semana os moradores se juntavam para construir a casa de uma família. Com o passar do tempo as reivindicações se tornaram mais amplas, assim como as articulações:

“Tinha um grupo de umas dez, doze mulheres, que foi feita essa primeira carta no final de uma tarde em Vila Remo, com o pessoal

morrendo de medo das paredes, porque era uma coisa muito séria fazer uma carta daquele nível... uma reivindicação para melhoria dos preços dos alimentos básicos. (...) Quem foi responsável por todas as melhorias da periferia fomos nós, a vitória da escola, do ônibus, (...) do posto de saúde, do asfalto, da água... e tudo isso foi lutas assim contínuas, porque uma coisa não separava da outra.” (Ana Dias – Documentário História do Bairro M’ Boi Mirim produzido pela Prefeitura de São Paulo/2009).

Ana Dias, esposa de Santo Dias o operário assassinado pela Polícia Militar em 1979 durante um piquete por melhores condições de trabalho, fala sobre a organização do “Clube de mães”, um dos movimentos de maior notoriedade desta região, que acabou por mobilizar milhares de pessoas em busca de um bem comum.

“Todos nós aqui somos moradores de M’Boi Mirim, quando se fala M’Boi Mirim a gente se fala em Jardim Ângela, quando se fala em Jardim Ângela se fala em 250 a 300 mil pessoas que vivem nesta região que é totalmente área de manancial... a gente resolveu formar uma união de associações pra gente buscar esse bem comum, porque o mesmo problema que eu tenho ali no Vila Nova Cidade que é uma área clandestina (...) a Maria tem ali no Vera Cruz que tá o bairro vizinho aqui, a Cláudia tem ali no Cerejeira, ali em baixo no Capela, o Jairo ali no Bananal, que são todos os bairros que formam esse grande complexo aqui na beira da Represa do Guarapiranga”. (Jonas Ganguilim Barbosa – Documentário História do Bairro M’ Boi Mirim produzido pela Prefeitura de São Paulo/2009).

Nos anos 1980 e 1990 houve um grande crescimento populacional na Região Campo Limpo, muitas famílias construíram suas casas em áreas de mananciais, dando origem a bairros como os citados por Jonas Ganguilim Barbosa, nestes bairros o processo de regularização dos terrenos é sempre bastante complexo e

consequentemente os serviços básicos de saneamento, eletricidade e pavimentação também. Os problemas são bastante semelhantes nesta região e em função disso há um grande esforço em unir as ações das associações de moradores a fim de fortalecerem os movimentos.

Além de todas as dificuldades existentes, o crescimento da criminalidade e do tráfico de drogas ganham solo fértil, tendo em vista a baixa concentração de renda e os processos de exclusão desta população, aliados às características marcantes de um sistema econômico que tem como premissa o amplo incentivo ao consumo e o apelo ao “fetiche das mercadorias”, ou seja, a população recebe diariamente uma grande carga de mensagens e palavras de ordem que estimulam o consumo, mas ao mesmo tempo é submetida a intensas jornadas de trabalho em troca de salários ultrajantes. Numa sociedade em que o respeito está atrelado à posse, isso gera uma grande crise social. Com fortes marcas de uma “cultura senhorial”, cujas heranças remetem ao sistema escravista, as relações de poder na sociedade brasileira são fundamentadas pela ideia de que “cada um vale o que tem”. Os serviços públicos são caracterizados em forma de tutela ou de troca de favores, havendo uma grave confusão entre o público e o privado. Desta forma as famílias moradoras das periferias acabam enfrentando uma outra grande guerra: a perda de seus filhos para as drogas ou para o crime. Isso sem falar na ação violenta da polícia nesta região:

“(...) Nós filhos de pais... de famílias quebradas... a maioria dos criminosos que estavam ali (...) Nós filhos de famílias quebradas. E isso de certa forma foi uma coisa que gerou a violência, quer dizer, você tem um filho mas, não pode cuidar muito bem deste filho... e aí vem aquela falta de tudo, e essa falta de tudo faz com que você vá pro crime... eu tava falando do meu bebê, imagina você não tem nada, tá na dificuldade e tal e aí o cara te chama pra ganhar o que o seu pai ganha... por semana. O seu pai ganha no mês, pô vou ganhar isso por semana (...) Pô, mas os oitocentos reais do seu pai, seu pai cuidava da família, sobrava um dinheirinho e de repente seu pai podia até comprar um carro com esses oitocentos reais... e aí de repente por semana esses oitocentos reais também não dava, porque ele deixava tudo na “loja”, se viciava com o queijo que tinha

na loja (...) ai em um mês ele ganhava quatro mil reais e em um mês ele saia devendo isso, ganhava quatro mil reais e saia devendo quinhentos no fim do mês (...). (Daniel Pereira Bernardes - 04 de Agosto de 2013/ Distrito São Luiz).

O conceito de “famílias quebradas” trazido por Daniel, nos remete à questões bastante amplas, pode ser compreendido de diferentes formas: essas famílias podem ser “quebradas” pela necessidade incessante de seus pais e mães que precisam trabalhar o dia todo e ficam distante de seus filhos, podem ser “quebradas” pelo assassinato, sobretudo, dos pais (não é raro nos depararmos com crianças e adolescentes órfãos), podem ser “quebradas” por fatores que nem sempre se limitam ao discurso convencional de “famílias desestruturadas” tão comumente utilizado para definir a ausência de um pai ou de uma mãe. O fato é que muitos jovens acabam enveredando pelo caminho “mais fácil” ou o mais acessível, em busca de algo que suas famílias não podem lhe dar:

(...) O Du ele tinha dois filhos, um era o Ângelo e o outro o Márcio, o Ângelo vive de cadeia em cadeia e o Marcio roubou, roubou, trocou tiro com a polícia e ai um dia os policiais devolveram essas balas de presente pra ele e ele ficou com a perna mais curta, e ele era chamado “de menor” na favela, e ai nessa última guerra deflagrada em que só os nossos morriam, o Marcio estava na rua ai passou um cara, os caras pararam e atiraram nele assim e ele morreu nem sabe porque. E... onde eu passava o Marcio, primeiro ele me chamava e falava esse aqui é o cara que conheceu meu pai (...) Oh esse aqui é o cara que conheceu meu pai, então por onde ele me via, por todos os becos e vielas ele dizia: ô professor, oh... aquele ali é o professor tá, ele conheceu o meu pai... Eu que sou pai e luto pelo amor dos meus filhos, pesava tanto... Oh, ele conheceu o meu pai! (...) O meu pai tinha os gibis na favela... é engraçado como a literatura, certas coisas mechem com a gente, ele que foi do crime, que de repente matou e outras coisas, ele fazia questão de gritar no meio da favela que aquele era o cara que lia, que tinha... por causa do pai dele lido

os gibis na favela. Era como se os gibis fossem as coisas mais... uma coisa que ninguém tinha... que ninguém podia, era uma coisa extremamente inacessível (...) Depois de um tempo eu fui vendo na minha evolução espiritual, na minha evolução intelectual, que passei do gibi, comecei a ler os contos do Isaac Asimov que tinha a mesma pegada do gibi, depois fui pra literatura brasileira, depois pra literatura internacional, mas o gibi sempre foi aquela coisa: Olha lá o professor, ele era amigo do meu pai, meu pai tinha gibi na favela (...)

O relato de Daniel nos coloca diante de uma difícil tarefa: compreender a complexidade dos que enveredam pelo mundo do crime. É importante frisarmos que esses representam uma minoria, porque na realidade como afirmou a Professora Maris, nossa população é formada em sua maior parcela por trabalhadores e filhos de trabalhadores. Ainda assim, existe um apelo na fala de Daniel, que revela a contradição entre o que as pessoas vivem concretamente no “mundo do crime” e o que guardam como referencial daqueles que “venceram”, daqueles que buscaram transcender e trilharam outros caminhos.

A arte tem se mostrado como uma das mais fortes armas contra a submissão, como um dos caminhos para a resistência. Nossos jovens têm dado mostras do poder revolucionário da arte, como herdeiros das lutas do passado, buscam na música, no teatro, na literatura, no desenho, no *graffiti*, nos quadrinhos, outras formas de luta, outras referências... Diante disso é preciso que estejamos atentos para ouvi-los e que estejamos dispostos a rever nossos conceitos e nossas “certezas” a respeito do que seja realmente fundamental na construção do conhecimento.

Muitos dos relatos aqui presentes, nos levam a pensar a respeito do que significa termos hoje os equipamentos públicos que temos na área da educação e o desafio de garantirmos a qualidade no ensino. Pensar a qualidade no ensino, significa que existem outras formas de aprender e outras formas de ensinar, significa pensar que um modelo etnocêntrico foi imposto em detrimento de muitas culturas que foram esquecidas, que a busca de “um padrão” de ser humano amparou preconceitos, racismos e distorções.

Partindo da concepção de que “não se transforma aquilo que não se conhece” buscamos com a pesquisa que deu origem a este texto um processo de construção de um

conhecimento acerca da Região Campo Limpo, de sua gente, de seus conflitos, de seus problemas, de suas lutas, de seus desejos e de seus sonhos.

A feitura deste trabalho nos levou a projetar outras ações, como a organização de um Grupo de Pesquisa a respeito das “memórias e histórias da Região Campo Limpo”. Com isso ressaltamos a dinamicidade do saber histórico, não apenas como um olhar para o passado, mas com perspectiva de presente e, acima de tudo, com um olhar prospectivo que nos levar a pensar, agir e propor.

Histórico da DRE Campo Limpo

O início das atividades da DREM – 5 se deu na gestão do Prefeito Jânio Quadros, onde ocorreu a divisão do referido órgão. Em Campo Limpo instalou-se a princípio no anexo da EMPG Paulo Colombo e posteriormente para um sobrado situado a Rua Landolfo de Andrade, Parque Maria Helena.

A DREM - 5 iniciou suas atividades como Núcleo de Ação Educativa – 5 (NAE – 5), em 1989, na gestão da Prefeita Luiza Erundina, tendo como Secretário de Educação o Professor Paulo Freire e posteriormente o Professor Mário Sérgio Cortella. Nesse ínterim o NAE-5 mudou-se para a Rua Áurea da Gama, Jd Piracuama.

A Secretaria Municipal de Educação implantou uma proposta político-pedagógica comprometida com a democratização da educação, intitulada *Escola Democrática*, objetivando a construção de uma escola pública popular, democrática e de qualidade. A proposta político-pedagógica alicerçou-se a partir de três princípios básicos: *participação, descentralização e autonomia*,

Nos anos de 1993 a 2001 com as gestões de Paulo Maluf e Celso Pitta respectivamente, o NAE-5 passou a denominar-se DREM-5, permanecendo no mesmo endereço.

A proposta educacional da administração, conforme documentos organizados na série ***Enfrentar o desafio***, fundamentou-se nos princípios da qualidade total.

Em 2001, com a gestão da Prefeita Marta Suplicy, a DREM passou a denominar-se Coordenadoria de Educação, momento em que se iniciaram as discussões para a criação das 31 Subprefeituras, culminando na criação das 31 Coordenadorias de Educação. Assim, no ano de 2003 houve a divisão das Coordenadorias. Criou-se a Coordenadoria de Educação Campo Limpo, circunscricionada à Subprefeitura de Campo Limpo e a Coordenadoria de Educação de M'Boi Mirim à Subprefeitura de M'Boi Mirim.

A Administração iniciou a conversa com a Rede através do documento **Educação Nº 01**, *Retomando a Conversa: construção da política educacional da Secretaria Municipal de Educação*, na qual se apresentaram as três metas que nortearam o trabalho dessa Administração: democratização do conhecimento e qualidade social da educação, democratização da gestão, democratização do acesso e permanência do aluno na escola.

A Coordenadoria de Educação Campo Limpo transferiu-se para a Rua Nossa Senhora do Bom Conselho, Jardim Laranjal, dentro do prédio da Subprefeitura de Campo Limpo e a Coordenadoria de Educação de M'Boi Mirim foi criada dentro do prédio da Subprefeitura de M'Boi Mirim situada a Rua José Taciano Flores, Jardim Figueira Grande.

Nos anos de 2005 a 2012, iniciou-se a gestão José Serra/Gilberto Kassab e subsequente a de Gilberto Kassab. A SME implantou, para toda a Rede Municipal de Ensino, dois programas que embasaram todas as ações e projetos da Administração: O Programa *Ler e Escrever – prioridade na Escola Municipal* e o Programa *São Paulo é uma Escola*.

Nesse mesmo período, durante a gestão do Prefeito José Serra, ocorreu a reunificação das Coordenadorias de Educação de M'Boi Mirim e Campo Limpo passando a denominar-se Diretoria Regional de Educação Campo Limpo. Em 2010 o prédio da DRE Campo Limpo sofreu um incêndio, que destruiu todas as suas instalações, equipamentos e conseqüentemente documentos. Assim o atendimento passou a ser realizado de forma improvisada nas dependências da Gestão do CEU Casa Blanca.

Em janeiro de 2011 realizou-se a transferência para o atual prédio na Av. João Dias, 3763, Jardim Santo Antônio, permanecendo até o presente momento.

Ao longo desses anos a DRE Campo Limpo enfrentou desafios de construção e reconstrução de políticas públicas de educação, objetivando atender as demandas da região, nem sempre contempladas. Em muitos momentos construiu/desconstruiu a

participação dos diversos segmentos representados, através de seus Conselhos participativos, ora favorecendo o seu fortalecimento, ora enfraquecendo.

Em janeiro de 2013 assumiu o Prefeito Fernando Haddad, com as metas de ampliação de atendimento a Educação Infantil, melhoria dos índices do IDEB e a implantação da educação em tempo integral. Uma nova história está sendo construída.

Atualmente, a administração da DRE Campo Limpo conta com 165 servidores e se organiza em setores, conforme o organograma:

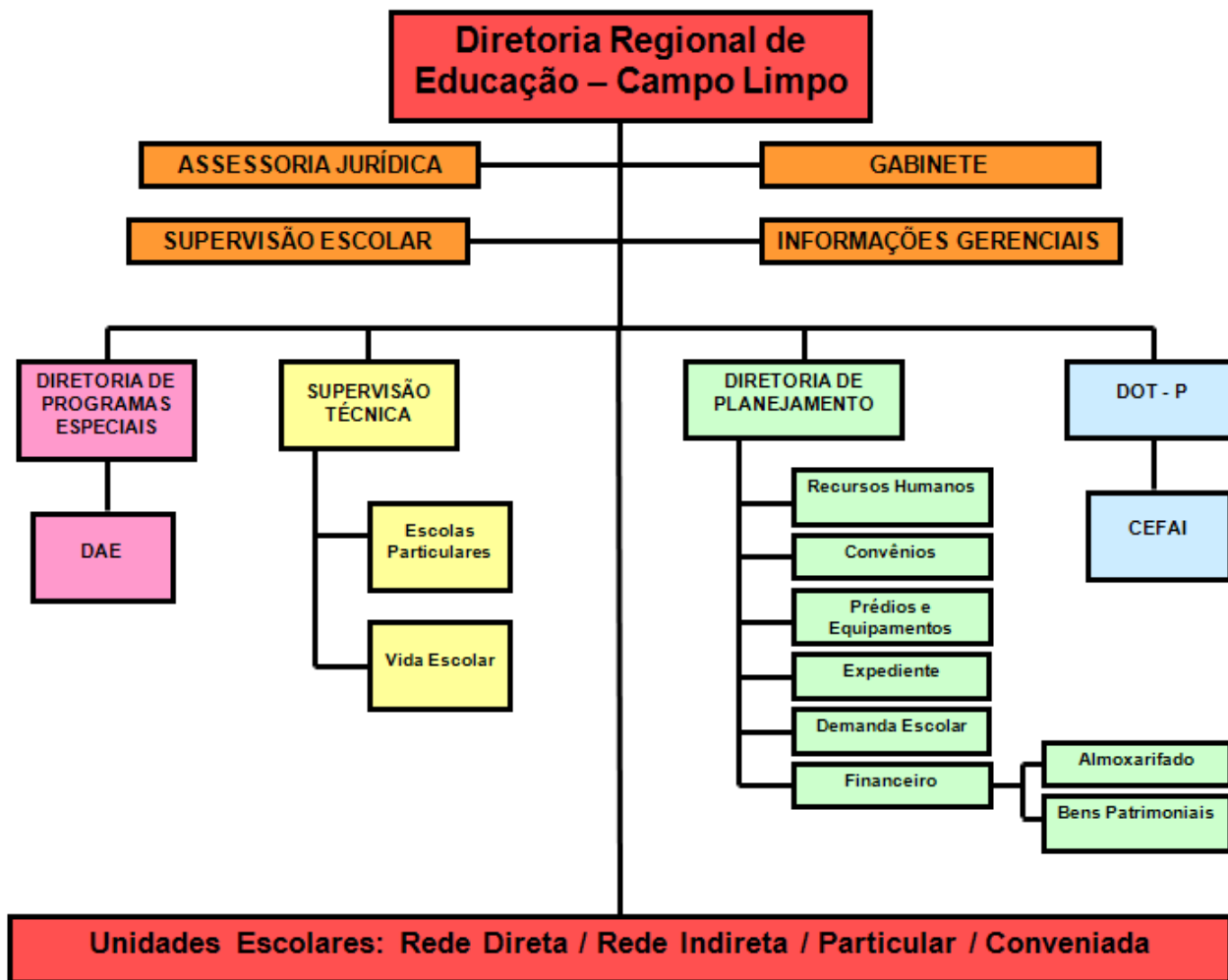


Ilustração 1 – Organograma DRE CL

A Diretoria Regional de Educação Campo Limpo engloba duas Subprefeituras e cinco Distritos.

SUBPREFEITURA	DISTRITO	ÁREA (Km ²)	POPULAÇÃO (2010)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (Hab/Km ²)
CAMPO LIMPO	CAMPO LIMPO	12,8	211.361	16.513
	CAPÃO REDONDO	13,6	268.729	19.759
	VILA ANDRADE	10,3	127.015	12.332
	TOTAL	36,7	607.105	16.542
M'BOI MIRIM	JARDIM ÂNGELA	37,4	295.434	7.899
	JARDIM SÃO LUÍS	24,7	267.871	10.845
	TOTAL	62,1	563.305	9.071
TOTAL		98,8	1.170.410	12.807

Tabela 1 – Fonte SMSP

Nossa demanda cadastrada está distribuída conforme a tabela abaixo:

SUBPREFEITURA	DISTRITO	Berçário I	Berçário II	Mini Grupo I	Mini Grupo II	Infantil I	Infantil II
CAMPO LIMPO	CAMPO LIMPO	2.094	1.961	1.158	207	666	22
	CAPÃO REDONDO	2.376	2.233	1.810	569	1348	322
	VILA ANDRADE	763	670	465	95	184	59
	TOTAL	5.233	4.864	3.433	871	2.198	403
M'BOI MIRIM	JARDIM ÂNGELA	2.847	2.568	1.900	422	1.538	695
	JARDIM SÃO LUÍS	2.836	2.105	1.277	42	417	64
	TOTAL	5.683	4.673	3.177	444	1.955	759
TOTAL		10.916	9.537	6.610	1.315	4.153	1.162

Tabela 2 – Fonte: Sistema EOL, 20/08/13

As Unidades Escolares estão distribuídas conforme as tabelas seguintes:

SUBPREFEITURA	DISTRITO	CEI		CRECHES CONVENIADAS		CRECHES INDIRETAS	
		UNIDADES	ALUNOS	UNIDADES	ALUNOS	UNIDADES	ALUNOS
CAMPO LIMPO	CAMPO LIMPO	12	1.673	11	1.707	06	1058
	CAPÃO REDONDO	11	1.487	10	1.227	05	964
	VILA ANDRADE	02	275	01	412	02	329
	TOTAL	25	3.435	22	3.346	13	2.351
M BOI MIRIM	JARDIM ÂNGELA	15	2.377	21	2.121	05	928
	SÃO LUIS	09	1.521	29	3.758	06	914
	TOTAL	24	3.898	50	5.879	11	1.842
TOTAL		49	7.333	72	9.225	24	4.193

Tabela 3 – Fonte: Sistema EOL, 01/07/13

SUBPREFEITURA	DISTRITO	EMEI		EMEF	
		UNIDADES	ALUNOS	UNIDADES	ALUNOS
CAMPO LIMPO	CAMPO LIMPO	11	5.391	17	17.149
	CAPÃO REDONDO	12	5.165	21	19.086
	VILA ANDRADE	03	1.326	06	5.072
	TOTAL	26	11.882	44	41.307
M BOI MIRIM	JARDIM ÂNGELA	13	5.273	12	14.332
	SÃO LUIS	10	4.940	14	12.743
	TOTAL	23	10.213	26	27.075
TOTAL		49	22.095	70	68.382

Tabela 4 – Fonte: Sistema EOL, 01/07/13

SUBPREFEITURA	DISTRITO	MOVA		ESCOLAS PARTICULARES	CEU
		UNIDADES	ALUNOS		
CAMPO LIMPO	CAMPO LIMPO	03	86	15	02
	CAPÃO REDONDO	03	181	12	02
	VILA ANDRADE	01	40	10	01
	TOTAL	7	307	37	5
M BOI MIRIM	JARDIM ÂNGELA	25	837	03	02
	SÃO LUIS	18	645	16	01
	TOTAL	43	1.482	19	3
TOTAL		50	1.789	56	08

Tabela 5 – Fonte: Sistema EOL, 01/07/13

A DRE ainda possui um CEMEI com 684 crianças, uma Escola Especial Conveniada com 32 alunos no Distrito Jardim Ângela e um CIEJA no Distrito Capão Redondo com 1.252 alunos.

As Escolas Bilingues funcionam na EMEI Loreane Lallo, com 6 alunos surdos e na EMEF José Saramago, com 17 alunos surdos de Ensino Fundamental I e 12 alunos surdos no Ensino Fundamerntal II.

Dados do CEFAl:

Alunos com deficiências atendidos	2.228
Estagiários	254
AVEs	84
Intérpretes de LIBRAS	2
Instrutores de LIBRAS	3
PAAIs	6 (4 em processo de designação)
Alunos atendidos nas SAAIs	751
UEs com SAAIs	36
Total de SAAIs	56
SAAIs em funcionamento HOJE	48
SAAIs em funcionamento em JANEIRO/2013	36

Tabela 6 – Fonte: CEFAl DRE CL, 19/08/13

Os atuais 9280 funcionários das Unidades da DRE Campo Limpo estão distribuídos conforme a tabela:

	CAMPO LIMPO				M BOI MIRIM			TOTAL
	CAMPO LIMPO	CAPÃO REDONDO	VILA ANDRADE	TOTAL	JARDIM ÂNGELA	SÃO LUIS	TOTAL	
AGENTE DE APOIO	68	72	8	148	84	62	146	294
AGENTE ESCOLAR	133	133	12	278	108	109	217	495
AGPP	3			3		2	2	5
ASSISTENTE DE DIRETOR DE ESCOLA	44	53	14	111	37	37	74	185
ASSISTENTE TECNICO I	4	3	1	8	4	2	6	14
AUX.TECNICO SAUDE	3	2	1	6				6
AUXILIAR ADM. DE ENSINO		2		2	3		3	5
AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	17	6	2	25	10	8	18	43
AUXILIAR DE ENFERMAGEM		1		1	3		3	4
AUXILIAR DE SECRETARIA	3	4	2	9	8	2	10	19

	CAMPO LIMPO				M BOI MIRIM			TOTAL
	CAMPO LIMPO	CAPÃO REDONDO	VILA ANDRADE	TOTAL	JARDIM ÂNGELA	SÃO LUIS	TOTAL	
AUXILIAR TECNICO DE EDUCACAO	171	170	25	366	123	122	245	611
COORDENADOR DE ACAA CULTURAL	2	2	1	5	2	1	3	8
COORDENADOR DE ACAA EDUCACIONAL	2	2	1	5	2	1	3	8
COORDENADOR DE ESPORTES E LAZER	2	2	1	5	2	1	3	8
COORDENADOR DE PROJETOS	13	14	7	34	12	6	18	52
COORDENADOR PEDAGOGICO	58	64	16	138	48	46	94	232
DIRETOR DE ESCOLA	39	46	11	96	41	33	74	170
ESP.INF.TEC.CULT.DESP.	18	15	7	40	9	9	18	58
GESTOR DE CEU	2	2	1	5	2	1	3	8
INSPETOR DE ALUNOS	6	14	2	22	6	9	15	37
PROF.1.GRAU NIVEL II	2	16	4	22	9	10	19	41
PROF.DE BANDAS E FANFARRAS					1	3	4	4
PROF.DE ED.INFANTIL	343	290	54	687	440	303	743	1430
PROF.ED.INF.E ENS.FUND.I	680	771	177	1628	562	565	1127	2755
PROF.ENS.FUND.II E MED.	664	768	181	1613	490	499	989	2602
PROF.SUBST.DE 1.GR. NIVEL I	13	19	6	38	41	15	56	94
PROF.SUBST.DE EDUCACAO INFANTIL	5			5	2	2	4	9
PROF.TITULAR DE EDUCACAO INFANTIL	1			1	1	1	2	3
PROF.TITULAR DE ENS.FUND.I	1			1	2	1	3	4
SECRETARIO DE ESCOLA	17	22	8	47	13	16	29	76
Total Geral	2314	2493	542	5349	2065	1866	3931	9280

Tabela 7 – Fonte: Sistema EOL, 06/08/13

Cabe salientar que o setor de Demanda Escolar atende, em média, nos meses de janeiro, fevereiro e julho, 300 municípios por dia e, no restante do ano, 100 municípios por dia.

O Setor de Expediente tramita, em média, 10.000 documentos por mês com TID e, em média, 100 processos por mês são autuados.

Os Centros Educacionais Unificados da DRE Campo Limpo

Os Centros Educacionais Unificados (CEUs) da Diretoria de Educação Campo Limpo, nascem pautados como espaços que possibilitam trabalhar com a perspectiva de uma educação com qualidade social. Isso significa uma mudança nos paradigmas

educativos ainda vigentes, pois qualifica esse equipamento como lócus para o desenvolvimento de políticas públicas em regiões de grande vulnerabilidade social, fortalecendo o poder local e incentivando programas de educação, esporte, cultura e lazer a uma população, outrora excluída, que agora se insere.

Nesse sentido, os CEUs são parte fundamental da construção de uma Cidade Educadora. Essa se faz numa perspectiva em que se unificam ações não só em seu interior, mas também com a comunidade que o circunda. Seja na junção de equipamentos públicos, bem como, no mapeamento e uso de espaços que sejam benéficos à população em órgãos públicos, ONGs e correlatos. Sua ação amplia-se para que criemos uma rede de proteção social eficaz em que a população participe aprenda a cuidar de si e dos seus pares.

Por fim, seus princípios ancoram-se na construção de uma Cidadania Ativa, onde as iniciativas de cunho popular têm espaço para sua expressão. Os CEUs modificam o eixo para produzir bens educacionais, culturais e esportivos numa ótica periferia-centro, sem perder de vista seu contrário. Assim objetivam fornecer oportunidades educacionais formais e não-formais à toda população, em especial às pessoas das camadas populares, historicamente excluídas.

Temos 08 CEUs em nossa região (Campo Limpo e M'Boi Mirim), cobrindo todos os cinco Distritos. Isso nos potencializa a atuar de maneira profícua sobre os problemas regionais ao dinamizarmos os CEUs para que seu funcionamento, a partir da organicidade de seu Conselho Gestor, crie perspectivas de que sua intencionalidade se baseie em sua função social como bem público, coletivo, construído e compartilhado por todos.

Com esses desejos e sonhos, em 17/04/04 foi inaugurado o primeiro da nossa região: CEU CAMPO LIMPO - Cardeal Dom Agnelo Rossi e logo na sequência em 27/06/2004 tivemos a inauguração do CEU CASA BLANCA - Professor Sólon Borges dos Reis.

Esses dois CEUs nasceram com suas concepções originais, portanto têm espaços mais amplos e capacidade de atendimento de cerca de 2000 alunos. Sua estrutura conta com aproximadamente 15 salas no CEI, 12 salas na EMEI e 12 salas de aula na EMEF, Teatro com 450 lugares, 03 Piscinas, Ateliê, Padaria-Escola, Biblioteca, Telecentro, Sala

de Dança, 03 Estúdios, Sala Multiuso, Quadra Coberta, Quadra Descuberta, Playground e uma arquitetura acolhedora que leva a um repensar dos tempos e dos espaços.

Com a mudança de gestão já havia essa definição anterior dos CEUs como política pública em nosso município e ainda que sua atividade-fim e sua estrutura curricular tenha se alterado, estes dois foram mantidos e novos foram criados. Assim, surgiram outros seis CEUs em nossa região com outra compleição. Observa-se que havia, à época dessas inaugurações a necessidade de absorver a demanda de turnos extras da região (especialmente EMEFs), tornando todas as escolas com dois turnos. Por isso mesmo, outro tipo de ação e outro projeto arquitetônico.

Assim, estes novos CEUs nascem com menos espaço livre e maior capacidade de atendimento quantitativo, atendendo aproximadamente 2200 alunos. Nestes novos CEUs, a estrutura será sempre aproximadamente 10 salas no CEI, 10 salas na EMEI e 20 salas de aula no Ensino Fundamental, além de Teatro com plateia de 180 lugares, 03 Piscinas, Biblioteca, Telecentro, Quadra Coberta e Quadra Descuberta, uma arquitetura menos acolhedora e que, em muitos casos, serve de passagem à população.

Neste bojo, nasceram CEU GUARAPIRANGA - Florinda Lotaif Schahin, inaugurado em 24/05/08; CEU VILA DO SOL inaugurado em 31/05/08; CEU CANTOS DO AMANHECER, inaugurado em 22/06/08; CEU PARAISÓPOLIS, inaugurado em 13/12/08; CEU FEITIÇO DA VILA - Deputado Prof. José Freitas Nobre, inaugurado em 07/06/08 e, por fim, CEU CAPÃO REDONDO - Prof. Dr. Celso Seixas Ribeiro Bastos, inaugurado em 14/12/08. Esses CEUs permitiram que as escolas das suas regiões (EMEIs e EMEFs) passassem a funcionar, a partir do ano letivo seguinte, em dois turnos com uma hora a mais de aula.

CEU	GESTORES	ENDEREÇO	CONTATO
CAPÃO REDONDO	Camila Carolina Guatura Fernandes	Rua Daniel Gran, s/nº Capão Redondo	smeceucapaoredondo@prefeitura.sp.gov.br
CAMPO LIMPO	Terezinha Aparecida Prado	Avenida Carlos Lacerda, 678 Campo Limpo	smeceucampolimpo@prefeitura.sp.gov.br
CANTOS DO AMANHECER	Maria de Fátima Costa Silva	Avenida Cantos do Amanhecer, s/nº Jardim Eledy	ceucantosdoamanhecer@prefeitura.sp.gov.br
FEITIÇO DA VILA	Jaldo Jones Silva Fortes	Rua Feitiço da Vila, 399 Chácara Santa Maria	smeceufeiticovila@prefeitura.sp.gov.br
GUARAPIRANGA	Jaelson Batista Silva	Estrada da Baronesa, 1.120 Jardim Kagohara	ceugarapiranga@prefeitura.sp.gov.br
PARAISÓPOLIS	Carla Thomas	Rua Doutor José Augusto Souza e Silva, s/nº - Jardim Parque Morumbi	smeceuparaisopolis@prefeitura.sp.gov.br
CASA BLANCA	Regiana Aparecida Costa da Paixão Coimbra	Rua João Damasceno, 85 Jardim São Luis	smeucasablanca@prefeitura.sp.gov.br
VILA DO SOL	Vera Maria Ângelo	Avenida Funcionários Públicos, 369 Jardim Capela	smeceuviladosol@prefeitura.sp.gov.br

Tabela 8 – Dados referentes aos CEUs

Neste momento, temos uma retomada de todo o trabalho desenvolvido nos CEUs a fim de resgatar sua história e fazê-los orgânicos, preparados para atender seus objetivos iniciais com projeções readequadas ao momento e ao futuro. Desta forma, que tornem-se ponto de encontro e de acolhida cuidadosa da população; que cuidem do desenvolvimento integral da criança, do adolescente, do jovem, do adulto e do idoso; que sejam pólo de desenvolvimento da comunidade, local de inovações de experiências educacionais, culturais e esportivas; que propulsionem e promovam o protagonismo infantil, infanto-juvenil, juvenil, adulto, idoso e intergeracional. Diante de tudo isso, compete-lhes ser vértice central que destacamos e reiteramos: serem os organizadores do poder local em uma rede de proteção social eficaz e eficiente.

Avaliação Institucional

A avaliação do Projeto Político Pedagógico existe para que a instituição analise o caminho já percorrido com o intuito de melhorar todas as ações. Nesse sentido entende-se que a avaliação do projeto engloba a avaliação institucional. Toda avaliação pressupõe

reflexão acerca das ações cotidianas e dos motivos que ensejaram o projeto.

A autora Cássia Ravena Mulin de Assis Medel diz (2008, p. 25):

De acordo com Sousa (1998), essas reflexões avaliativas podem ser propostas visando repensar sobre as questões do PPP. Bem como formas de superar barreiras que estejam dificultando sua comunicação e sua execução em uma perspectiva de valorização da diversidade cultural.

Sabe-se que o Projeto Político Pedagógico é o instrumento que explicita a intencionalidade da instituição, no caso a Diretoria Regional de Campo Limpo, indicando seu rumo e sua direção. Nesse sentido a avaliação permite o repensar da direção que está sendo seguida, visto os desafios presentes no cotidiano que conferem um dinamismo próprio ao Projeto Político Pedagógico desta Instituição.

Neste sentido a avaliação institucional é parte fundamental na avaliação do Projeto Político Pedagógico.

A ferramenta utilizada para a avaliação foi a de formulários do Google Drive. As respostas dos formulários criados com essa ferramenta foram organizadas em uma tabela do Google que, baixada como Planilha do Excel, nos permitiu a tabulação e correta interpretação dos dados.

O trabalho da DRE CL foi avaliado em maio de 2013 através de questionário on line, disponível nas páginas <http://bit.ly/AVconv>, <http://bit.ly/AVdiret> e <http://bit.ly/AV-CEU>, no qual as Unidade Escolares tiveram a oportunidade de expressar o grau de satisfação relativamente a cada setor da Diretoria.

A Avaliação Institucional será realizada anualmente para redimensionamento do Projeto Político Pedagógico da DRE CL.

A tabulação completa dos dados encontra-se anexa à versão digital desse documento.

Segue o resumo do resultado:

Quadro geral:

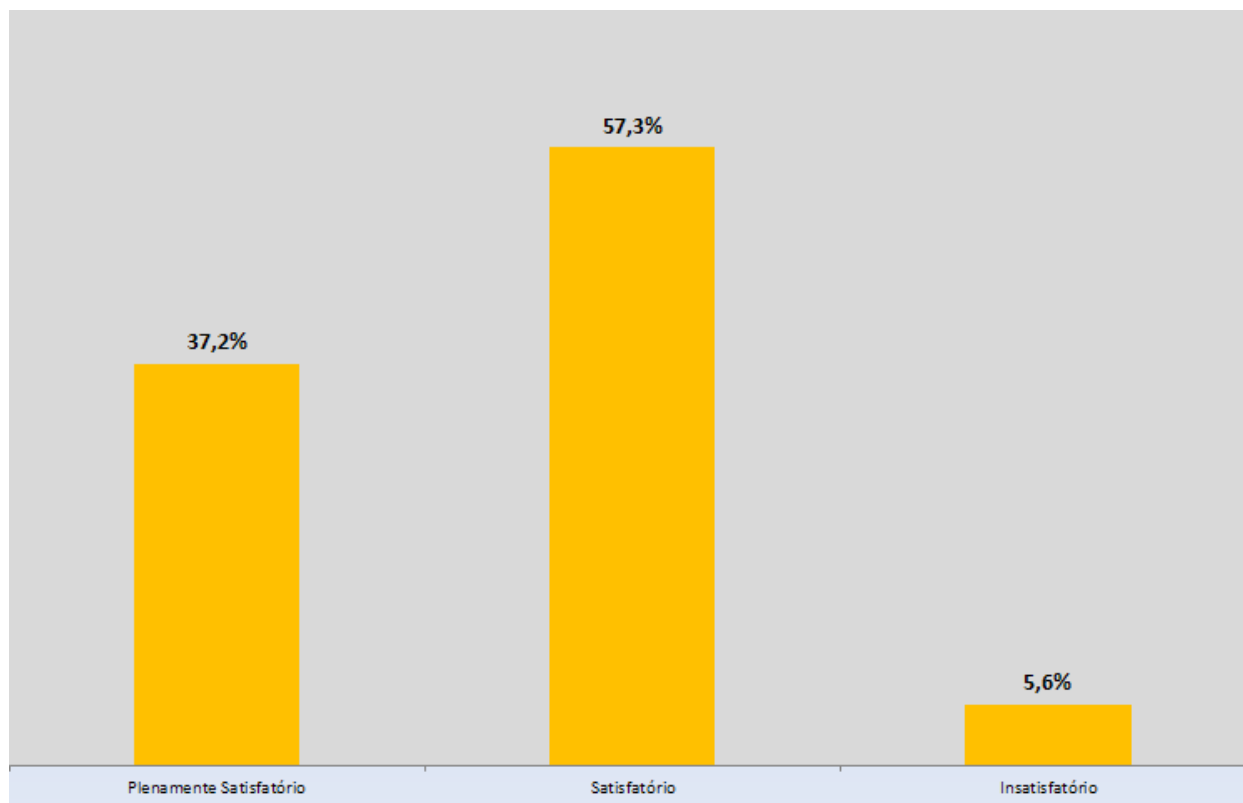


Ilustração 2 – Avaliação Institucional (Resumo geral)

Itens avaliados:

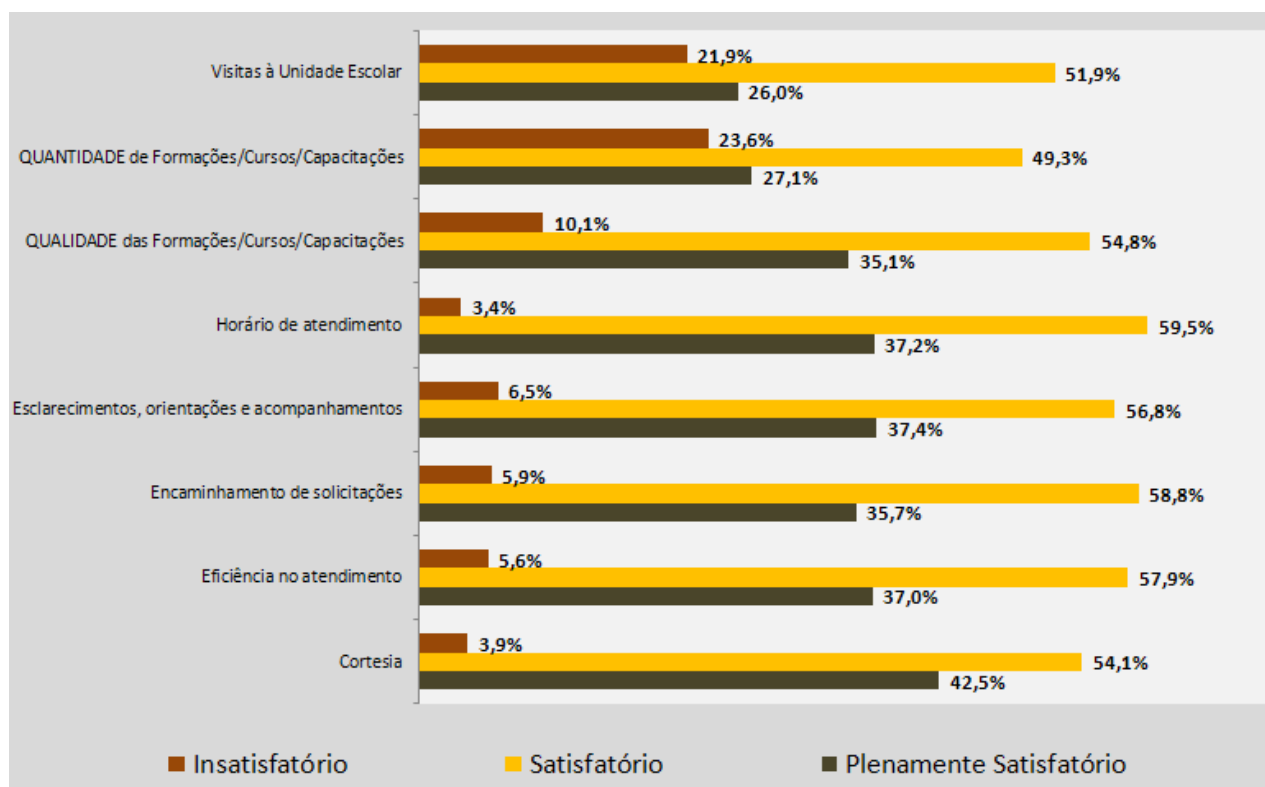


Ilustração 3 – Avaliação Institucional (Itens avaliados)

Destaques observados:

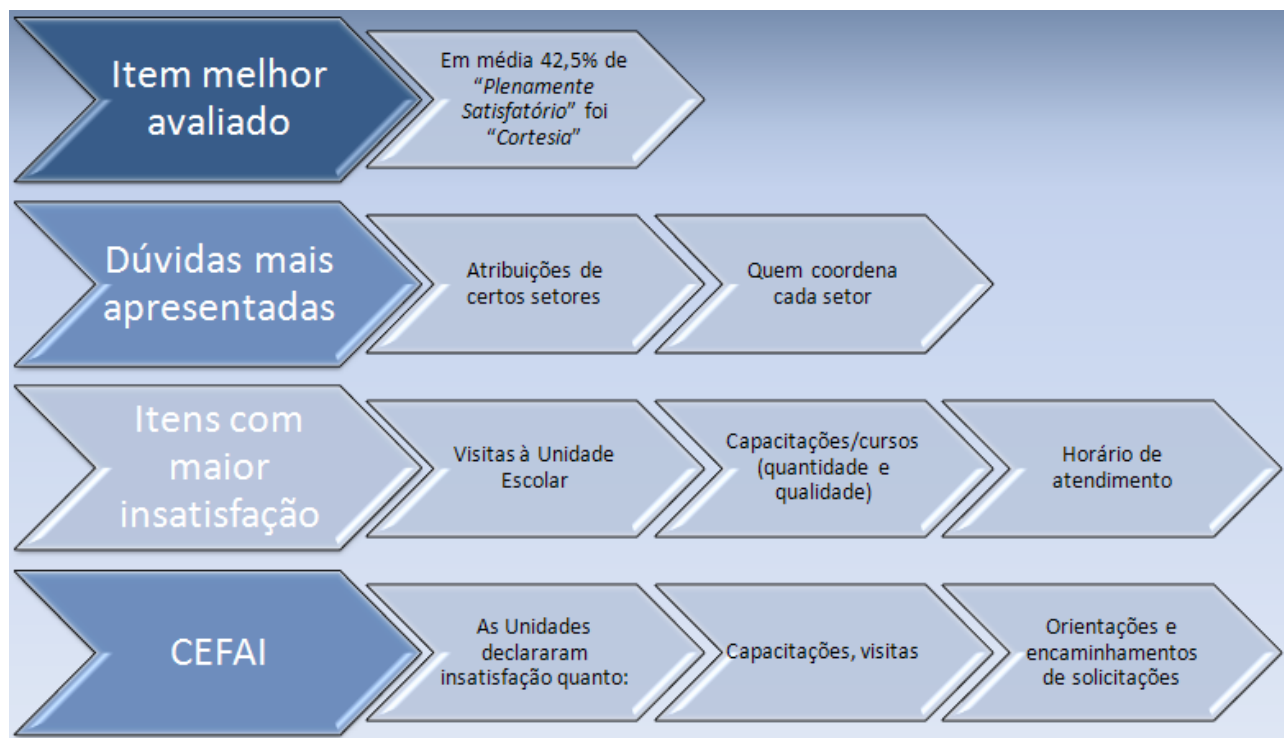


Ilustração 4 – Avaliação Institucional (Destaques observados)

Para compor o processo de avaliação, foi realizada uma pesquisa voluntária de Clima Organizacional entre os servidores que trabalham na DRE CL visando, com as informações valiosas do relacionamento entre a DRE e seus funcionários, traçar o real cenário do ambiente de trabalho na DRE CL e corrigir eventuais distorções que estejam ocorrendo no relacionamento entre ambos.

Foram levantados os fatores internos e externos que influenciam o relacionamento entre os funcionários e a DRE, e os Planos de Ação dos setores, elaborados para proporcionar melhorias nos itens que receberem uma avaliação ruim e reforçar os itens que receberam uma avaliação positiva.

A ferramenta utilizada foi a mesma da Avaliação da Unidade, Google Drive, e o questionário está disponível na página <http://bit.ly/av-ORG>.

A tabulação completa dos dados encontra-se anexa à versão digital desse documento.

Segue a síntese do resultado:

Destaques observados:

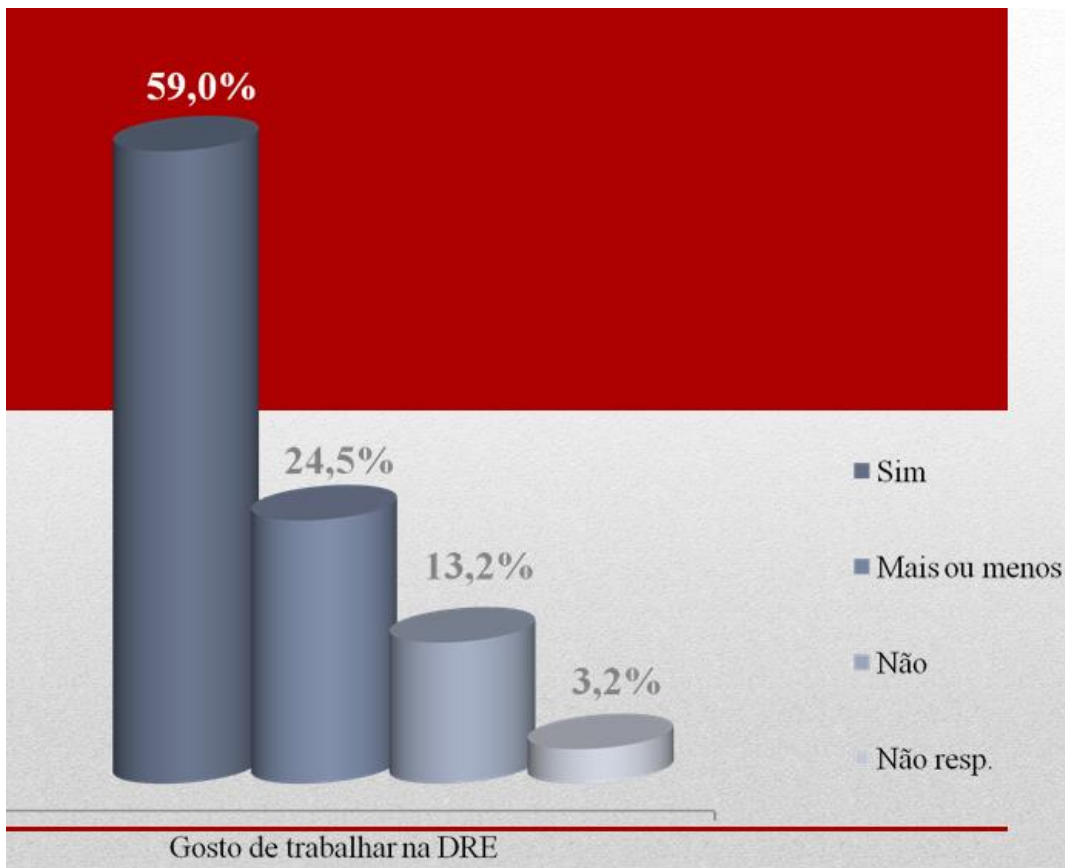


Ilustração 5 – Clima Organizacional (Gosto de trabalhar na DRE)

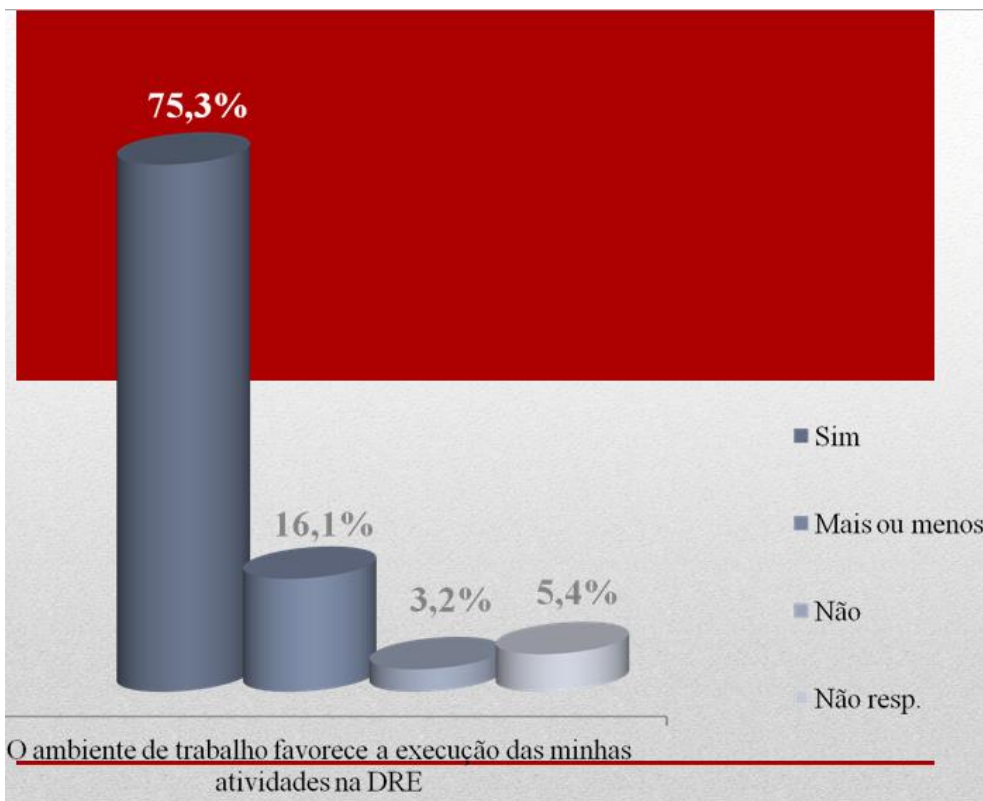


Ilustração 6 – Clima Organizacional (O ambiente de trabalho favorece e execução de minhas atividades na DRE)

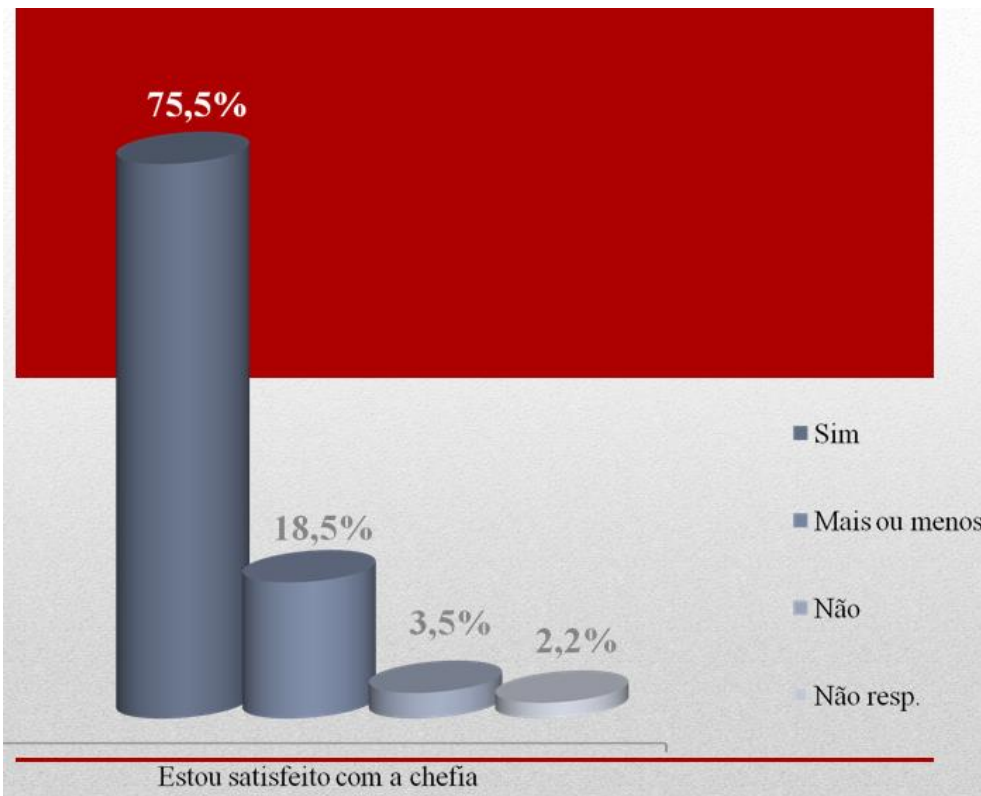


Ilustração 7 – Clima Organizacional (Estou satisfeito com a chefia)

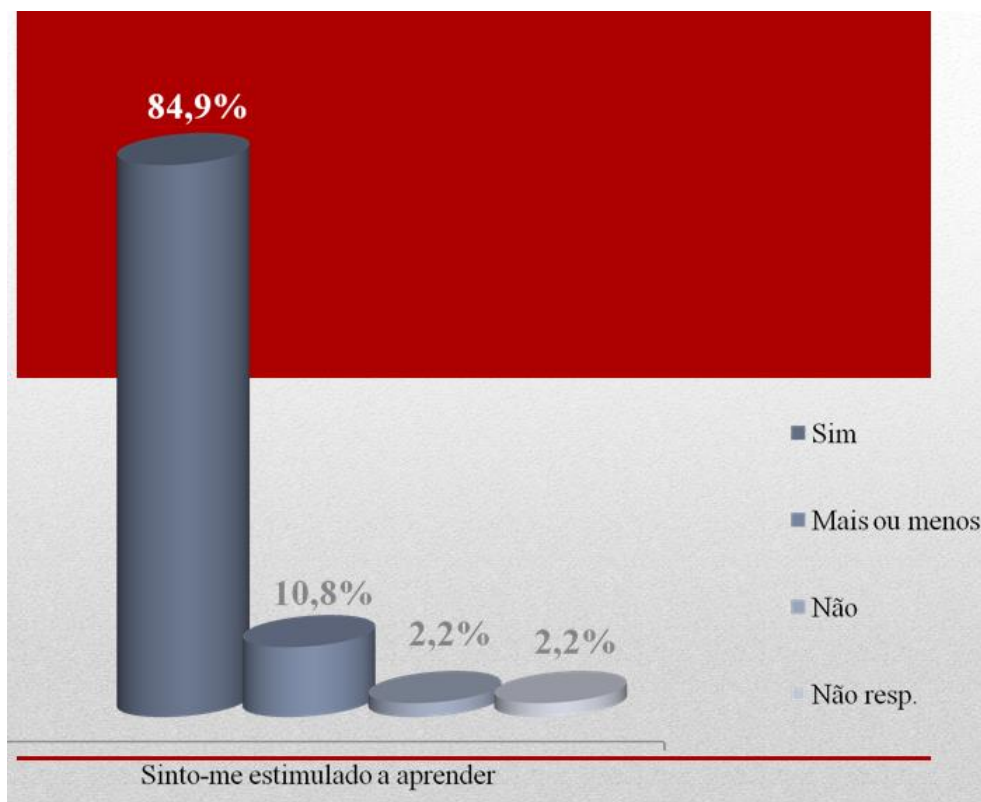


Ilustração 8 – Clima Organizacional (Sinto-me estimulado a aprender)

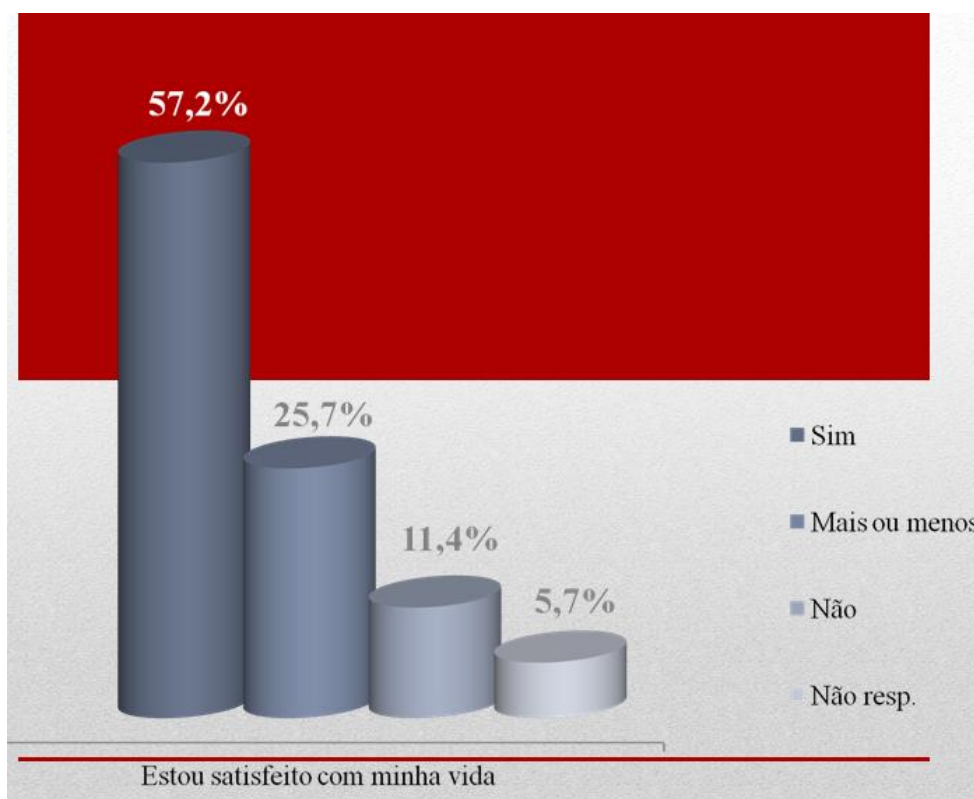


Ilustração 9 – Clima Organizacional (Estou satisfeito com minha chefia)

Plano de metas DRE Campo Limpo

Gestor do Plano de trabalho: Alexandre da Silva Cordeiro - R.F.: 660.068.9 vínc 2

1 - Nome da ação: Compromisso com o direito de aprender e com a qualidade social da educação.

Tipo da ação: () projeto (X) processo

Responsáveis pela ação: Maria Cecília Carlini Macedo Vaz (R.F. 609.598.4 / 4)

Objetivo a ser atingido: Melhorar ao final de 2013 o índice do IDEB nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e garantir a alfabetização na idade certa (até 8 anos) para todos os alunos matriculados na educação básica.

Público alvo: Equipe da DRE, UE e Comunidade Escolar.

Justificativa para o desenvolvimento da ação: Assim como a cidade de São Paulo, a região que compreende a DRE – Campo Limpo apresenta índices abaixo das metas do

IDEB e crianças não alfabetizadas com idade acima de 8 anos. Frente a estes dados, faz-se necessário o desenvolvimento de ações de formação e de redimensionamento dos Projetos Políticos Pedagógicos.

Cronograma contendo as etapas e/ ou o período de execução das mesmas:

- Implantação dos pólos da UAB (Universidade Aberta do Brasil): 2º semestre;
- Estruturação e implementação do curso do PNAIC (Pacto Nacional para Alfabetização na Idade Certa): de fevereiro a dezembro / 2013;
- Cursos optativos nas diferentes áreas do conhecimento: de fevereiro a dezembro/2013;
- Grupos de Trabalho mensais com Coordenadores Pedagógicos: de fevereiro a dezembro/2013.

Meta ou indicador a ser alcançado no final do ciclo da avaliação:

Meta 1.1- Ampliar em 10% o índice do IDEB nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental das UEs da DRE – Campo Limpo.

Meta 1.2 – Alfabetizar todas as crianças matriculadas nas UEs da DRE – Campo Limpo até os 8 anos de idade.

Meta 1.3 – Implantar 2 pólos da UAB na região da DRE – Campo Limpo.

Meta 1.4 – Garantir a formação de todos os professores alfabetizadores inscritos no curso do PNAIC.

2 - Nome da ação: Ampliação de vagas na Educação Infantil.

Tipo da ação: () projeto (X) processo

Responsáveis pela ação: Nilton Aparecido de Oliveira (R.F. 620.075.3 / 5)

Objetivo a ser atingido: Ampliar a oferta de vagas para a educação infantil, buscando a universalização do atendimento em pré-escola para crianças de 04 e 05 anos e o atendimento da demanda declarada em 01/01/2013.

Público alvo: Equipe da DRE, UE e Comunidade Escolar.

Justificativa para o desenvolvimento da ação: A região da DRE – Campo Limpo tem 41.551 alunos matriculados na educação infantil, sendo 20.297 em CEI e 21.254 em EMEI. A demanda cadastrada é de 31.897, 26.263 para os CEIs e 5.634 para EMEIs. Há necessidade de ampliação do número de vagas para atendimento à demanda cadastrada.

Cronograma contendo as etapas e/ ou o período de execução das mesmas:

- Levantamento de terrenos para a construção de Centros de Educação Infantil: de fevereiro a dezembro / 2013;

- Acompanhamento das obras de construções de CEI / EMEI e implementação do seu funcionamento: de fevereiro a dezembro / 2013;

- Celebração / aditamento de novos convênios: de fevereiro a dezembro / 2013.

Meta ou indicador a ser alcançado no final do ciclo da avaliação:

- Ampliar em 5% a oferta de vagas para a educação infantil.

3 - Nome da ação: Qualificação no atendimento na educação infantil.

Tipo da ação: () projeto (X) processo

Responsáveis pela ação: Maria Cecília Carlini Macedo Vaz (R.F. 609.598.4 / 4)

Objetivo a ser atingido: Qualificar o atendimento na educação infantil.

Público alvo: Equipe da DRE, UE e Comunidade Escolar.

Justificativa para o desenvolvimento da ação: A necessidade de qualificar o atendimento na educação infantil decorre do estabelecido nas Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, com a finalidade de contribuir para a implementação e consolidação do Projeto Político Pedagógico das Unidades Educacionais e qualificação de sua rotina, oferecendo condições favoráveis para as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, fortalecendo o direito de todas as crianças à educação por meio de vivências em diferentes campos de experiências, repensando seus tempos e espaços e construindo indicadores de qualidade para a educação infantil.

Cronograma contendo as etapas e/ ou o período de execução das mesmas:

- Grupo de Trabalho de Coordenadores Pedagógicos para planejamento e acompanhamento das ações desenvolvidas com objetivo de contribuir para o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico das UE considerando a implementação e consolidação das diretrizes curriculares;

- Desenvolvimento de cursos optativos para professores com a finalidade de aprofundamento nas questões de tempo / espaço / avaliação / registro e construção de indicadores na educação infantil.

Meta ou indicador a ser alcançado no final do ciclo da avaliação:

Envolver 100% das Unidades Educacionais no redimensionamento do Projeto Político Pedagógico, na discussão dos tempos e espaços e na construção de indicadores de qualidade para a educação infantil

4 - Nome da ação: Gestão democrática e participativa.

Tipo da ação: () projeto (X) processo

Responsáveis pela ação: Anderson Severiano Gomes (R.F. 751.876.5 / 1) e Maria Cecília Carlini Macedo Vaz (R.F. 609.598.4 / 4).

Objetivo a ser atingido: Promover a participação e o controle social na Administração Pública.

Público alvo: Equipe da DRE, UE e Comunidade Escolar.

Justificativa para o desenvolvimento da ação: A participação é fundamental na nossa concepção de Administração Municipal. Ela deve ser incorporada ao cotidiano da gestão pública, não apenas como uma diretriz, mas também como método de trabalho. É necessário capacitar os diversos atores para exercer o controle social e participativo da gestão dos serviços implementados, incentivando e abrindo canais efetivos de participação da comunidade escolar na gestão da nossa educação.

Cronograma contendo as etapas e/ ou o período de execução das mesmas:

- Incentivo à criação do Conselho de Gestores: 1º semestre de 2013;

- Articulação dos Conselhos de Escola / CEI / CIEJA / Conselho Gestor dos CEU:

2º semestre de 2013;

- Criação do CRECE: 2º semestre de 2013;

- Estímulo à criação dos Grêmios Estudantis: 2º semestre de 2013;

- Formação em gestão democrática para Gestores Educacionais: 2º semestre 2013;

- Curso optativo para Professores em ações participativas (assembleias deliberativas, grêmios e conselhos): 2º semestre de 2013.

Meta ou indicador a ser alcançado no final do ciclo da avaliação:

- Propiciar a participação de 100% das Unidades Educacionais / CEUs nas ações de gestão democrática da DRE – Campo Limpo.

Planos de trabalho dos setores da DRE CL

Gabinete, Supervisão Técnica e Assessoria Jurídica

Objetivos

- Direcionar ações da DRE para atendimento às necessidades sociais regionais, tendo por base as características locais, as metas de SME e dos Planos Municipal e Nacional da Educação;
- Colaborar na organização do governo local para o desenvolvimento de ações intersetoriais;
- Assessoria e agilização de trâmites dos diversos documentos e processos, com subsídios jurídicos, administrativo e pedagógico para decisão do Diretor Regional de Educação bem como dos demais Setores da DRE, para atendimento das Unidades Escolares e usuários;
- Integrar os diversos Setores da DRE entre si e com o Diretor Regional.

Ações

- Grupo de formação sobre os processos;
- Articulação da organização do Colegiado de Integração;
- Articulação com a Supervisão Escolar para elaboração de pauta para reuniões semanais (5ª feiras);
- Pareceres jurídicos, administrativos e pedagógicos dos diversos processos e expedientes encaminhados ao Gabinete;
- Triagem e análise de todos os expedientes para homologação do Diretor Regional.

Diretoria Técnica de Planejamento

Objetivos

- Planejar, acompanhar e executar o orçamento da DRE Campo Limpo em 80%;
- Atender em 80% as demandas de infraestrutura dos prédios das escolas;
- Reduzir em pelo menos 20% os consumos de água, luz e telefone nas unidades educacionais;
- Aumentar em pelo menos 5% o número de vagas na Educação Infantil;

- Atender em pelo menos 80% a demanda de recursos humanos das escolas;
- Equalizar em 100% os processos dos setores, não havendo pendências de anos anteriores;
- Acompanhar 80% do trabalho realizado nos setores.

Ações

- Analisar a liberação da verba de adiantamento bancário;
- Acompanhar gastos das verbas recebidas pelas escolas (PTRF, PDDE, PDE ESCOLA);
- Analisar e acompanhar, através da ação do engenheiro, as obras realizadas através de DL e Ata de RP;
- Acompanhar os gastos das escolas com relação à água, luz e telefone;
- Planejar ações de abertura de vagas para Educação Infantil;
- Planejar trimestralmente as necessidades de compras de materiais de consumo e permanente;
- Solicitar à CONAE 2, quando necessário, recursos humanos para atendimento às demandas surgidas;
- Acompanhar o atendimento das escolas conveniadas, através da prestação de contas;
- Acompanhar a evolução dos processos em andamento nos setores;
- Realizar reuniões bimestrais com todos os setores.

Diretoria de Orientação Técnica Pedagógica e Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão

Objetivos

- Buscar a excelência do ensino e aprendizagem a partir da reestruturação do processo de formação dos profissionais da educação da região do Campo Limpo, com vistas na reorientação curricular, dentro da proposta de Educação Freireana e na metodologia dialógica;
- Realizar um atendimento eficiente e respeitador das especificidades de cada Unidade Escolar, através de participações em grupos de estudos, reuniões pedagógicas e outras atividades pertinentes;
- Ampliar e qualificar a ação de apoio à inclusão nas 178 Unidades Educacionais pertencentes a esta Diretoria.

Ações

- Formação de longo prazo: PNAIC e UAB;
- Grupos de Trabalho mensais com Coordenadores Pedagógicos de Educação Infantil, Ensino Fundamental, EJA – Educação de Jovens e Adultos e MOVA – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos;
- Grupos de estudo e formação de professores multiplicadores em: Igualdade racial, diversidade e conflitos e convergências;
- Cursos em diversas áreas do pensamento;
- Seminários;
- Acompanhamento das formações locais, nas escolas, grupos de JEIF e Pólos;
- Acompanhamento e formações a distância;
- CEFAl:
 - a. Formação para os Profissionais da Educação através de Cursos Optativos e Grupos de Trabalho;
 - b. .Potencialização do trabalho itinerante da equipe do CEFAl;
 - c. .Divulgação do trabalho oferecido pelas Salas de Apoio à Inclusão SAAI;
 - d. .Preparação de publicação de práticas de adequação curricular.

Diretoria Técnica de Programas Especiais

Objetivos

- Criar relações mais harmoniosas, horizontais e permeadas de um fazer conjunto;
- Criar uma rede de formação permanente de gestores, professores para implementação de uma gestão democrática que possibilite novas formas de trabalho nas escolas e uma ação que evidencie um trabalho conjunto;
- Criar rede de proteção social a partir de cada CEU;
- Difundir e divulgar as ações desenvolvidas nos CEUs, possibilitando um maior acesso e ocupação permanente pelas comunidades;
- Discutir todos os espaços em que nos engendramos (CEUs, ONGs, Museus, Espaços Culturais) como espaços da Cidade Educadora e que possibilitam uma formação de tempo integral às crianças;
- Executar ações que beneficiem os temas: gestão democrática da escola pública e uma escola que forme em tempo integral (alunos e professores).

Ações

- Formação in loco, em serviço dos educadores na perspectiva da Cidade Educadora;
- Formação continuada de gestores;
- Formação específica para Conselheiros Escolares e Conselhos Gestores;
- Organizar as ações dos ônibus, agora reorganizados em aula-passeio, na perspectiva da Cidade Educadora;
- Integrar os diversos programas de saúde com uma identidade única e mais próxima das escolas;
- Criar nova leitura aos programas de esportes, ligado à merenda (alimentação saudável) e em perspectivas mais próximas aos educadores físicos;
- Difundir as boas práticas de merenda na rede, auxiliando as escolas a introduzir uma rediscussão do que significa alimentação escolar em seus projetos político-pedagógicos;
- Gerar frentes que discutam a gestão democrática da escola pública, integrando DRE, Gestores, comunidades escolares em torno do tema e da discussão;
- Criação do CRECE, sua manutenção e permanência;
- Realizar programas como Recreio nas Férias que, com o tempo, se integrem às escolas participantes, tornando-as locus de recreação e brincar permanente;
- Implantar uma gestão de CEU que se integre à comunidade, fortaleça seu Conselho Gestor;
- Fortalecer fóruns locais de educação e conselhos de escola;
- Trabalhar com ONGs, nos CEUs, comprometidas com a comunidade local e que atendam a contento seu público alvo: as crianças atendidas pelo pré e pós-aula;
- Promover a integração dos programas e suas frentes, numa perspectiva de Cidade Educadora, no viés de discussão e integração aluno-escola-cidade.

Supervisão Escolar

Objetivos

- Articular-se com os setores da DRE;
- Incentivar a equipe gestora a buscar a participação de todos os segmentos envolvidos na comunidade escolar, fortalecendo os colegiados;
- Propor os registros das diversas ações que ocorrem na unidade escolar, como reuniões

de equipe gestora, encontro de pais, ações de formação, conselho de escola, etc;

- Estimular o protagonismo de todos os atores da escola;
- Fortalecer a equipe gestora de forma que ela exerça seu papel com autonomia para alcance dos objetivos propostos no PPP;
- Favorecer a reflexão sobre a prática educativa, visando ao desenvolvimento e aprendizagens dos alunos;
- Subsidiar a equipe gestora para o desenvolvimento de ações que visem à superação de dificuldades.

Ações

• Demandas Gerais

- a. Vistas aos registros da escola com devolutivas;
- b. Análise e encaminhamento da documentação enviada pelas UEs;
- c. Participação no colegiado mensal da DRE;
- d. Acompanhamento das demandas das UEs, SME e DRE, referentes a ação supervisora.

• Reuniões com as Equipes

- a. Reuniões de setores e de Equipe escolar.

• Reuniões às quintas-feiras

- a. Participação nas Reuniões de Supervisão às quintas-feiras:
- b. Cada semana um grupo de supervisores é referência para apresentar as expectativas do grupo e definir pauta previamente com a Supervisora Técnica;
- c. Sistematização de estudo e socialização de temas relevantes para proceder à análise conjunta, de forma a construir uma proposta de solução coletivamente;
- d. Participação nas reuniões/eventos, tais como Congressos, Seminários, Fóruns, etc e socializá-los com o grupo.

• Frentes de Trabalho

- a. Subsídio à ação supervisora.

• Comparecimento à Unidade

- a. Comparecimento, no mínimo mensal, às escolas da Rede Direta e conveniada e bimestral na Rede Particular, evidenciando as demandas explicitadas nas justificativas deste plano;

- b. Elaboração de diretrizes comuns de pauta;
- c. Encaminhamento dos termos de ação supervisora e relatórios ao gabinete e setores responsáveis.

- Plantão

- a. Recepção e atendimento as demandas e encaminhamentos pertinentes.

- Acompanhamento das aprendizagens dos alunos

- a. Acompanhamento e análise dos indicadores e instrumentos de aprendizagem;
- b. Problematização junto à equipe gestora de questões relacionadas à evasão escolar, permanência com qualidade no ensino, envolvimento dos professores e proposição de ações que visem diminuir tais problemas.

- Comissões

- a. Participar de Comissão de Apuração Preliminar;
- b. Participar de comissão de Vistoria para autorização e funcionamento de escolas particulares;
- c. Participar de Comissão de vistoria para celebração de Convênios novos;
- d. Participar de Comissão de vistoria para aditamentos de Convênios.

- Estagiário

- a. Subsídio aos estagiários durante o horário do plantão.

Escolas Particulares e Vida Escolar

Objetivos

- Tornar o fluxo de trabalho mais veloz e eficiente;
- Viabilizar as informações utilizando as tecnologias existentes.

Ações

- Digitalizar os processos;
- Utilizar o contato on line;
- Reuniões esclarecedoras de treinamento;

Informações Gerenciais

Objetivos

- Divulgar o acesso Wi Fi: configuração e senha nas Unidades Escolares;
- Iniciar a ampliação da infraestrutura de rede lógica, elétrica e telefonia das EMEFs;
- Formar servidores aptos a gerenciar pastas no Windows 7 e gerenciar mensagens eletrônicas no Microsoft Outlook 2010;
- Garantir que os funcionários novos tenham informações suficientes para operacionalizar o EOL com autonomia;
- Orientar as unidades quanto a mudança de empresa fornecedora de link (da Telefônica para Embratel).

Ações

- Reuniões com POIEs;
- Orientação às equipes administrativas das EMEFs e CEUs;
- Pesquisa acerca da utilização do Wi Fi na escola;
- Intervenções pontuais;
- Elaboração de material informativo, circulares orientativas e apostilas;
- Visita às unidades escolares;
- Mediação da comunicação entre escolas, Aynil, SME, Prodam e Embratel;
- Formação com duração de 12 horas (por turma);
- Formação Sistema Escola On Line (módulo Alunos) para funcionários novos administrativos.

Considerações Finais

*“Caminhante, são teus rastos
o caminho, e nada mais
caminhante, não há caminho,
faz-se caminho ao andar
Ao andar faz-se o caminho, e ao olhar-se para trás
vê-se a senda que jamais
se há-de voltar a pisar
Caminhante, não há caminho,
somente sulcos no mar.”*

ANTÓNIO MACHADO
poeta sevilhano

Ao chegarmos à Diretoria Regional do Campo Limpo fomos cobrados e nos deparamos com um grande desafio, a construção do Projeto Político-Pedagógico da DRE. Indagamo-nos à época: por onde começar?

Entendíamos que, assim como solicitávamos às Unidades a construção / redimensionamento de seu PPP, tínhamos também de (re) elaborarmos o nosso, pois o consideramos a própria organização do trabalho pedagógico.

Para tanto, achamos importante fortalecer as relações com as escolas e com os funcionários da DRE. Fomentamos a organização do Conselho de Gestores, elaboramos a Circular Informativa, organizamos o Cronograma de Atividades, ampliamos o horário de atendimento da DRE, sistematizamos as reuniões internas no Colegiado de Integração, construímos a Avaliação Institucional, realizamos a Pesquisa de Clima Organizacional.

Ao construirmos o nosso Projeto, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar, buscando o possível, um rumo, uma direção. A sua construção foi e é uma ação intencional, um compromisso definido e executado coletivamente.

Nessa perspectiva, o PPP da DRE está sendo construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos no processo: funcionários e escolas. Acreditamos na vivência democrática, preocupa-nos instaurar uma forma de organização do trabalho que supere os conflitos, buscando eliminar as relações corporativas e autoritárias.

O nosso Projeto Político-Pedagógico é um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da DRE, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, não visa simplesmente a uma reorganização formal da DRE, mas a uma qualidade em todo o processo vivido.

O desafio para a realização dessa tarefa tem sido o empenho coletivo na construção do PPP, que tem implicado fazer rupturas com as situações até então existentes para podermos avançar.

Precisamos de tempo para a reflexão e para a ação, a fim de consolidarmos a nossa proposta.

De acordo com Ilma Passos, “a construção do projeto político-pedagógico requer continuidade das ações, descentralização, democratização do processo de tomada de decisões e instalação de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório.”

Convidamos a todos e todas a (re) escrevermos / realizarmos essa história, que não começou aqui e que tão pouco aqui acabará. Afinal o caminho se faz ao caminhar.

Fraternalmente,

Alexandre da Silva Cordeiro
Diretor Regional
DRE - CL

Funcionários da DRE Campo Limpo por Setor

Diretor Regional de Educação	Alexandre da Silva Cordeiro
Diretora de DOT P	Maria Cecília Carlini Macedo Vaz
Diretor de Planejamento	Nilton Aparecido de Oliveira
Diretora de Programas Especiais	Zuleide Antonia Risso
Supervisora Técnica	Maria de Fátima Lordelo Lopes

Almoxarifado
Benilson Soares dos Santos
Jadson dos Santos
Luiz Carlos da Cruz
Luiz Pirez de Azevedo
Mário Francelino de Souza
Roseli de Moraes
Vanderli Vieira Machado
Wanderley Francisco Virgilio
Bens Patrimoniais
Iran Fernandes Menezes
Maria Aparecida da Silva
Nilson Branco Teixeira
Convênios
Aline Chaves Tokinari
Andréa Andrade Coelho
Antônio Ângelo dos Santos
Ariane Custódio dos Santos Gianini
Luciana Bosco Fernandes
Mariluce Souza Costa
Paulo Vítor de Souza
Ricardo Beserra Santos
Sueli dos Santos
Vagner Valeiro Ramos
Demanda Escolar
Alexandre Revet de Lima
Camila Amorim Ramos da Silva
Cristina Isabel da Silva Lima

Cyntia Bustamante Gonçalves
Devaldo Carlos de Lima
Eduardo de Borba
Giuliana Bernardinelli Pereira
Jorge Antônio Garrido Esteche
Railda José Meneses
Renato Silveira
Rogério Gomes Ribeiro
DOT P / CEFAI
Ana Claudia Pereira Cassiano Fortino
Andréa Caetano de Araujo
Cecília Naomi Fucazu Watanabe
Cristina Barroco Massei Fernandes
Elenita Santana de Almeida
Elisabete Martins da Fonseca
Elza de Lima Ferrari
Fanilza Alves Brandão de Almeida
Isabel Cristina da Silva Barros
Laura Rosa Ribeiro Mendes
Lucimar Ribeiro dos Santos
Maria Cecília Carlini Macedo Vaz
Maria Lucia Lopes do Prado
Marilu Santos Cardoso
Marina Matias de Menezes
Regina Honório da Silva
Tatiane Damaceno Barreto
Walter Marinho de Araujo
Xisto Alves dos Santos
Expediente
Ana Maria Lino de Santana
Deise de Camargo
Edison Rodrigues de Oliveira
Maria do Socorro Silva
Rosana Maria Monici Dias
Rubens Aiala Moleiro
Financeiro
Adele Geny Terra
Andréa Silvestre Costa Pinto
Ângela Cristina Petrarca Burmann
Bruna Aloia

Carolina Iná de Sousa Thomazinho Brito
Christopher Nicolai Martins
Claudia Alexandra de Oliveira
Ione Braga de Oliveira
Luiz Aureliano Tomé
Márcia Baptista Rodrigues Sabóia
Maria Aparecida Cardoso da Silva
Maria José de Oliveira
Rosana Bastos
Gabinete
Ana Lucia Boucault Pivari
João Silveira Silva Junior
Maria da Penha Freitas
Silane Lopes dos Santos
Silvia Bueno Paques Nunes de Oliveira
Informações Gerenciais
Gessifranque Martins de Sousa
Helio dos Santos
Luciana Kazuko Nishioka
Renata Pinheiro Rodrigues
Valéria Goto
Wilson Santana Simões
Planejamento
Eliana Maria Reis Araujo
Renata Aparecida de Freitas
Prédios e Equipamentos
Carlos Alberto Calil
Luciana Escobar Maiuri
Marcos Ricardo Sanches Melo
Maria das Graças Ferreira Castanheda Monteiro
Paulo Sergio Ariede
Programas Especiais
Amanda Caroline Oliveira da Silva Lima
Anderson Severiano Gomes
Cirlei Bonacasada de Andrade
Denilson Bastos de Araujo
Irlaine da Cunha Borges
Katia Cristina Sifrônio da Silva
Rejjane Vilar do Nascimento

Renata de Paulo Andrade
Recursos Humanos
Antonieta Rodrigues da Silva
Cintya Rebouças Passos Augusto
Claudineia da Cunha Rego
Cleuza Iara Manhoso Alves
Elisabeth Francisca da Silva
Evandro Alves de Farias
Heloisa Felicia Pires Valadares
José Benedito Tadeu Danelon Duarte
Lázara Ivete Ferreira
Leontina Demógenes Roque
Lilian Palmarina Bechelli
Magali de Fátima Lopes Lima
Maria Aparecida Brito
Maria de Fátima Noel Cruz Hernandes
Maria Ester de Camargo
Marilene Rezende Silva
Marilis Custodia Mariano da Silva
Nilma Aparecida Callegari
Onésimo Luis Lima Borges
Patrícia Fonseca Felice
Santilha Maria de Araujo Barbosa
Silvana Leite da Silva
Silvia Inês Tieppo
Viclélia Suzel Bottos Maestrello
Supervisão Escolar
Adil Pereira Tavares
Aparecida Vita Bacetti
Cecília Regina Carlini Ferreira Coelho
Claudia Luiz
Clélio Souza Marcondes
Conceição de Maria e Sousa
Cristina Aparecida.Rodrigues do Aguiar
Darci Terezinha de Luca Scavone
Eliana Cristina Vantim
Eliana Francisca da Cruz Oliveira
Eliane Rodrigues dos Santos Souza
Glauce Mônica de Jesus Vieira
Ivanilde Aparecida de Assis Mendonça

Ivoni de Andrade Goes Terraz
Márcia Veiga Fernandes
Maria Cristina da Silva Gomes
Maria da Conceição Leopoldina
Maria do Carmo Simoni Leamari
Maristela Lucia Tosetti Vieira
Nancy Kfourri
Odair Calli
Paulo Julião dos Santos
Rita de Cássia Geraldi Menegon
Rosana Montoro Pazzini
Rosângela Gorete da Rocha
Roseli Helena de Sousa Salgado
Rozane Guilhem
Ruth Casteliano Albuquerque
Sandra da Costa Lacerda
Selma Goreth Jurça
Sidney Nogueira
Simone Souza Santos
Tânia Cristina da Silva Boreto
Tsutomu Nishimoto
Vilma Lucia Miguel Custodio
Virgínia Grace Martins de Oliveira
TEG
Ednéia de Campos Branco Barros
Marizete Ferreira de Lima
Vida Escolar / Escolas Particulares
Célia Vanderlei da Silva
Maria da Glória Marreiro de Souza
Rita de Cássia de Felice

Tabela 9 – Servidores da DRE CL – Fonte: Recursos Humanos.

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, Denise Regina da Costa. *A proposta de política pública educacional no Município de São Paulo: A (des) construção de uma escola pública, popular, democrática e com qualidade*. s.d.
<http://www.anapae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0132.pdf> (acesso em 08 de agosto de 2013).
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre a Literatura e História da Cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- BRASIL, Ministério da Educação. *CONAE 2010. Construindo o sistema articulado de educação. Plano Nacional de Educação: diretrizes e estratégias de ação*. Brasília: Documento final, 2010.
- CAMPOS, Maria Malta. *A escola e o território*. Revista Tempo Brasileiro, nº 20, 1995.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- . *Cultura e democracia: O discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 1989.
- FENELON, D. R. et al. *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004.
- . *O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo?* Uberlândia, UFU, n. 6, p. 5-23, jan./jun.: História e Perspectivas, 1992.
- FREIRE, Paulo. *Medo e ousadia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- . *Pedagogia do oprimido*. 23. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- . *Pedagogia: diálogo e conflito*. São Paulo: Editora Cortez, 1996.
- HALL, Stuart. Lv Sovik (org). *Notas sobre a desconstrução do "popular"*. In *da diáspora: identidades e mediações culturais*. Tradução: Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- MEDEL, Cássia Ravena Mulin de Assis. *Projeto Político – Pedagógico: Construção e Implementação na Escola*. São Paulo: Autores Associados, 2008.
- PADILHA, Paulo R., e Roberto da SILVA. *Educação com qualidade social: a experiência dos CEUs de São Paulo*. São paulo: SME/SP: Instituto Paulo Freire, 2004.
- PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da Escola Pública*. São Paulo: Editora Ática, 2001.
- . *Qualidade do ensino: a contribuição dos pais*. São Paulo: Editora Xamã, 2000.
- PAULO, PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO. *Centro Educacional Unificado - CEU: a cidadania decolando em São Paulo*. São Paulo: PMSP, 2003.
- . *Portal Mais Educação São Paulo*. s.d. <http://www.maiseducacaosaopaulo.com.br> (acesso em 16 de agosto de 2013).

—. *Portal SME*. s.d.

<http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Anonimo/CEU/apresentacao> (acesso em 29 de julho de 2013).

PEREZ, Maria Aparecida, Ana Beatriz G. de FARIA, e Luiz Carlos SEIXAS. *Os CEUs e sua proposta para a educação In: CAMPO; GAMA; SACHETTA. São Paulo, metrópole em trânsito: percursos urbanos e culturais*. São Paulo: SENAC, 2004.

PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010. 258p.

SAFATLE, Vladimir. *A esquerda que não teme dizer seu nome*. São Paulo: Editora Três Estrelas, 2012.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TORO, Bernardo. *A Construção do Público: Cidadania, Democracia e Participação*. Rio de Janeiro: Editora [X] Brasil e Editora SENAC Rio, 2005.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.